

Relatório de Sustentabilidade **2016**



Inovação e ciclo fechado

As Embalagens Ecoplástica Triex são fabricadas pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. desde 2009.

Elas foram as primeiras embalagens de defensivos agrícolas produzidas a partir de material reciclado a obter a certificação UN para transporte terrestre e marítimo de produtos perigosos. Ao desenvolver a Ecoplástica como parte do processo da destinação ambientalmente adequada das embalagens vazias de defensivos agrícolas, o inpEV e o Sistema Campo Limpo (SCL) comprovaram a viabilidade de fechar o ciclo de vida da embalagem dentro da própria cadeia.

A Campo Limpo foi idealizada pelo inpEV em 2008 e hoje é uma das empresas recicladoras parceiras do Sistema Campo Limpo.

Ao completar 15 anos, o inpEV, núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo e representante da indústria fabricante de defensivos agrícolas para fins da logística reversa de suas embalagens, mantém o compromisso de buscar a máxima eficiência do sistema e promover inovações como a gerada com a criação da Ecoplástica. Em 2014, com a criação da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda., foi possível oferecer uma solução completa em embalagem, fabricando um sistema de vedação de alta *performance* a partir de outro material reciclado proveniente do SCL, a Ecocap.

Apresentação	4
Mensagem do presidente	6
O inpEV	8
2016 em números	14
Governança corporativa	16
Recursos Humanos	19
Sistema Campo Limpo	24
Logística reversa	30
Educação e conscientização	36
Desempenho econômico-financeiro	40
Gestão ambiental	46
Anexos	50
Sumário de Conteúdo GRI	51
Informações corporativas	56
Demonstrações financeiras	59

Apresentação

— Este relatório faz parte do compromisso com a transparência

O inpEV apresenta o seu relatório de sustentabilidade, documento que demonstra, anualmente, o desempenho e os resultados do instituto no gerenciamento do Sistema Campo Limpo. O processo de prestar contas publicamente está consolidado na organização desde 2005 e faz parte do compromisso com a transparência e o diálogo com todos os públicos com os quais se relaciona: fabricantes, distribuidores, agricultores, poder público, recicladores, incineradores, colaboradores, imprensa, formadores de opinião, estudantes e sociedade em geral.

No ano passado, o empenho do instituto em consolidar uma gestão transparente e ética garantiu ao inpEV, pela segunda vez, o prêmio de melhor publicação na categoria de Organizações não Empresariais da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). Ao nosso compromisso com a transparência, une-se o empenho em partilhar conhecimentos e experiências relevantes, cumprindo também, dessa forma, o papel de educar e conscientizar, considerado um dos pilares do Sistema Campo Limpo.

Acompanhe nas próximas páginas as principais realizações do trabalho no ano de 2016, que também relembra a trajetória de 15 anos da organização. Merecem destaque os investimentos para ganho de eficiência, a ampliação dos serviços com o início do recebimento de sobras de produtos pós-consumo e a consolidação do recebimento itinerante, o que facilita o acesso dos pequenos produtores rurais à devolução de embalagens vazias de defensivos agrícolas, em regiões distantes das unidades fixas.

O relatório segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão G4 Essencial, a metodologia mais utilizada no mundo para divulgação de relatórios de sustentabilidade. [GRI G4-32](#)

Definição dos temas da publicação [GRI G4-18](#), [GRI G4-19](#), [G4-20](#), [G4-21](#), [G4-26](#) e [G4-27](#)

As questões mais relevantes para publicação desse relato foram definidas a partir da materialidade – processo que inclui a análise de estudos setoriais, informativos à imprensa, entrevistas com especialistas e consulta online com os colaboradores. O último levantamento de temas materiais ocorreu em 2014 e os temas mais relevantes identificados nesse processo estão listados ao lado, por público de interesse.

PÚBLICOS QUE SE RELACIONAM COM O INPEV G4-17

-
- Agricultores
- Colaboradores
- Distribuidores/cooperativas
 - Empresas e entidades associadas
 - Colaboradores das unidades de recebimento
- Meios de comunicação
 - Poder público
- Meios de Comunicação
 - Recicladores e incineradores parceiros
 - Sociedade



Para tirar dúvidas ou fazer críticas e sugestões sobre este relatório, entre em contato pelo canal Fale Conosco, no site inpev.org.br
GRI G4-31

TEMA	PÚBLICOS QUE DESTACARAM	LIMITE DENTRO E FORA DO INPEV
Atuação do inpEV em conscientização e educação	Gestores do relatório, especialistas internos e externos, colaboradores e empresas associadas	Unidades de recebimento
Prevenção da reutilização inadequada de embalagens		Distribuidores, agricultores e recicladores
Papel do SCL como referência para outros setores	Gestores do relatório, grupo focal, especialistas internos e externos e colaboradores	Empresas associadas e colaboradores
Viabilidade econômica		Setores afetados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos
Visibilidade das informações do Sistema	Grupo focal (público interno – representantes de diferentes áreas)	Empresas associadas e unidades de recebimento
		Distribuidores e agricultores
Atendimento à legislação	Especialistas internos e empresas associadas	Empresas associadas
		Agricultores e poder público
Logística	Especialistas externos	Empresas associadas e unidades de recebimento
		Agricultores, distribuidores e recicladores



João Cesar M. Rando
Diretor-presidente

Pioneirismo

"Não seríamos referência se não tivéssemos provocado rupturas. A inovação está presente em nossa trajetória"

Mensagem do Presidente

15 anos de estrada

G4-1, G4-2

O inpEV foi criado há 15 anos e ajudou a constituir uma grande rede integrada que recupera e destina corretamente 94% das embalagens primárias de agroquímicos comercializadas pela indústria fabricante. Somamos mais de 410 mil toneladas de materiais destinados no período, com índice de reciclagem de mais de 90% do volume anual. Também passamos a receber as sobras de produtos que o agricultor tem na propriedade, trazendo a solução para esse difícil problema.

A criação do instituto foi resultado de um trabalho que começou a ser realizado dez anos antes. Desde 1992, discussões sobre o fluxo das embalagens vazias eram realizadas pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), em parceria com outras entidades.

O inpEV representa a indústria fabricante nas suas responsabilidades relacionadas à logística reversa das embalagens, definidas em lei. Uma das principais contribuições do instituto para o êxito desse sistema foi conseguir articular e mobilizar todos os elos da cadeia. Reunir fabricantes, distribuidores, agricultores e o governo e constituir uma rede para compartilhamento de conhecimentos, gerando educação e engajamento, foram atividades fundamentais para alcançarmos nossos objetivos. Essa atitude integradora, um de nossos valores, está presente em tudo o que fazemos. Nossa estrutura de governança garante a representatividade desses elos e é um importante meio de diálogo e transparência.

Também não seríamos uma referência mundial se não tivéssemos provocado rupturas. A inovação está presente em toda a nossa trajetória, a começar pela própria criação do inpEV. Como núcleo de inteligência do Sistema, o instituto desenvolveu tecnologias e processos que gerassem a máxima eficiência. Investimos em tecnologia da informação para gerenciar o processo de logística reversa, numa rede de transporte complexa que envolve, em média, de 60 a 70 caminhões por dia, para mais de dez destinos diferentes. Toda essa movimentação é rastreada e envolve ainda as mais de 400 unidades de recebimento. O Sistema é tão sofisticado que nos permite o acompanhamento quase em tempo real da demanda e dos custos por quilo de material transportado e por tipo de produto, entre outras informações.

Atuamos intensamente na educação e no engajamento da cadeia e comunidades de entorno das unidades de recebimento por meio de

iniciativas como o Dia Nacional do Campo Limpo, evento anual que já contabilizou mais de 1 milhão de pessoas visitando as unidades, e o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, um conjunto de materiais que apoia o professor em sala de aula.

O ano de 2016 foi desafiador para todos os segmentos e impactou também o nosso negócio. Revisamos a meta de destinação final, reduzindo em 2 mil toneladas o volume de embalagens vazias. Isso ocorreu por um conjunto de fatores: instabilidades climáticas em regiões importantes para o agronegócio, crescimento do uso de novas variedades de sementes, mais resistentes a pragas e que demandam menor uso de agroquímicos, e aumento do contrabando de defensivos agrícolas.

Graças à eficiência e ao monitoramento contínuo de todo o Sistema, conseguimos antecipar a tendência do ano e adequamos nossa expectativa para 2016 no meio do ano. Com isso, tivemos tempo para fazer os ajustes necessários em orçamento e processos. Esforço igualmente feito pelas unidades de recebimento, que precisaram se adequar à nova realidade.

As dificuldades do ano não nos impediram de desenvolver novos projetos. Passamos a receber as embalagens com sobras de produto, após a alteração da resolução Conama 465/2014. Estamos orientando as centrais de recebimento a realizarem as adequações necessárias para receber esses materiais – que depende de obras físicas nas instalações, de novos procedimentos e de um novo processo de licenciamento para operação. Mais de 60 centrais já estão aptas – nosso compromisso é chegar a 100% até o fim de 2017. A destinação correta das embalagens com sobras tem importante efeito positivo para o meio ambiente, pois evita que os agricultores mantenham em suas propriedades esses produtos em condições não adequadas ou façam uma destinação irregular. É mais uma demonstração do pioneirismo do setor.

Outra quebra de paradigma e ruptura foi a idealização e implantação da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S/A, que fabrica embalagens para agroquímicos a partir da resina reciclada, e da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda, que produz tampas e resina pós-consumo. Além de fechar o ciclo da gestão das embalagens pós-consumo dentro da indústria, contribuí para a redução do custo do Sistema Campo Limpo.

Temos orgulho das nossas realizações e seguiremos empenhados para ampliar a captura de valor e reinvestir os ganhos na autossuficiência do SCL. Temos potencial de compartilhar nosso conhecimento com outros setores interessados em desenvolver sua cadeia de gestão de logística reversa dos resíduos pós-consumo. Também acompanhamos as novas geografias e os avanços da biotecnologia e da indústria de embalagens para nos prepararmos para os desafios do futuro.

Essa estratégia nos dá a confiança para olhar o nosso passado com a certeza de um trabalho bem-feito, ao mesmo tempo em que nos preparamos para os próximos 15 anos! Agradecemos a colaboração de todos que fazem parte desta trajetória e que possibilitaram todas as conquistas.

Uma boa leitura!

Cooperação

"Com a participação de toda a cadeia, nós nos tornamos referência em logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil e no mundo"

O inpEV

Sustentabilidade no campo:
organização atua como o
núcleo de inteligência do Sistema
Campo Limpo, mobilizando e
articulando toda a cadeia

O inpEV, Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, nasceu há 15 anos como representante do setor fabricante de defensivos agrícolas para promover a correta destinação de embalagens vazias pós-consumo desses produtos em todo o território nacional. [GRI G4-3](#)

A organização atua como o núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo (SCL), mobilizando e articulando uma rede que envolve todos os elos da cadeia de fabricação, distribuição e uso dos defensivos agrícolas, incluindo fabricantes, distribuidores, órgãos do governo e agricultores.

Nessa trajetória de 15 anos, o inpEV tornou-se referência em logística reversa de embalagens vazias no Brasil e no mundo, atingindo o índice de destinação ambientalmente correta de 94% das embalagens primárias comercializadas a cada ano. Aproximadamente 90% delas são recicladas, transformando-se novamente em insumo para a produção de embalagens primárias e outros artefatos. O que não pode ser reinserido no processo, cerca de 10% do total, é enviado à incineração e evita que o descarte inadequado cause danos ao meio ambiente.

Ao gerar segurança e eficiência ao processamento das embalagens vazias, o inpEV contribui com a redução de impactos e a conservação ambiental

O compromisso com a sustentabilidade está na essência da atuação do inpEV. Ao garantir segurança e eficiência ao processamento das embalagens vazias de defensivos agrícolas influencia diretamente a redução de riscos potenciais e impactos reais ligados à destinação inadequada do material e contribui para a conservação ambiental. A reciclagem das embalagens proporciona benefícios diretos com a redução da geração de resíduos sólidos e a decorrente emissão de gases de efeito estufa, além de poupar energia na fabricação de novos produtos, reduzir o consumo de recursos naturais e gerar empregos. [GRI G4-2, G4-EC8](#)

Para realizar esse trabalho, o inpEV conta com 73 colaboradores, distribuídos entre sua sede, em São Paulo, em dez coordenadorias regionais pelo país e em cinco unidades de recebimento gerenciadas diretamente pelo instituto – o Sistema Campo Limpo tem mais 406 centrais e postos de recebimento gerenciados pelas associações de distribuidores e comerciantes de produtos fitossanitários. [GRI G4-4, G4-5, G4-6, G4-8, G4-9](#)

O inpEV é membro da CropLife Latin America, organização que defende a produtividade e a sustentabilidade da agricultura, e integra os comitês de duas entidades associadas: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) e Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef). [GRI G4-16](#)

◀ PÁGINA ANTERIOR

As embalagens vazias de defensivos agrícolas são compactadas nas centrais de recebimento.



"Ninguém mais contesta a beleza desse Sistema e do seu legado. Reciclar as embalagens vazias de defensivos agrícolas significa reaproveitar esses recursos disponíveis hoje de maneira que não faltem para as gerações futuras. Para mim, uma grande motivação de trabalhar no inpEV é mostrar que o ser humano não é somente aquele que destrói. Ele constrói e reconstrói também"

—
Mário Fujji, gerente de logística no inpEV desde 2002



Referência para outros países

A destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil foi citada pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi, exemplo de prática sustentável a ser seguida por outros países durante a conferência do clima da ONU (COP 22), realizada no Marrocos, em novembro. O reconhecimento é mais uma prova da relevância da atuação do inpEV e da contribuição do Sistema Campo Limpo para a conservação ambiental.



SEM FINS LUCRATIVOS GRI G4-7

Constituído como uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, o inpEV nasceu em 2001 para atender à Lei Federal nº 9.974/2000 e ao Decreto 4.074/2002.

Modelo para outros segmentos

No final de 2016, o inpEV e a Abisolo (Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal) assinaram um contrato para a realização do projeto-piloto de recebimento de embalagens de fertilizantes foliares, organominerais, orgânicos, substratos para plantas e condicionadores de solo. Os produtores rurais das regiões de Ponta Grossa (PR), Rondonópolis (MT) e Patrocínio (MG) poderão, experimentalmente, devolver essas embalagens nas unidades do piloto durante o período de março a setembro de 2017 (leia mais na pág. 41).

Associados (2016)



103

empresas fabricantes, comercializadoras ou importadoras de defensivos agrícolas



9

entidades representantes do setor agrícola.



◀ Homenagem do inpev a representantes dos elos do Sistema, nos 15 anos do instituto.

Evento celebrou 15 anos de atividades

Uma celebração uniu todos os elos do Sistema Campo Limpo para comemorar os 15 anos do inpev. Na solenidade, realizada no dia 19 de dezembro de 2016, em São Paulo, estiveram presentes 200 representantes de toda a cadeia produtiva da logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas. O evento ressaltou a contribuição do instituto e do SCL para a construção de uma agricultura sustentável e homenageou entidades e pessoas que contribuíram com essa história.

Para promover a integração entre seus convidados e ilustrar a história dos 15 anos do inpev, o local do evento foi ambientado com painéis que mostravam os principais marcos dessa trajetória.

RECONHECIMENTO
Durante a cerimônia, o secretário adjunto de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Rubens Rizek Junior, enfatizou que o Brasil deve se orgulhar do programa de logística reversa de embalagens vazias como exemplo de atuação ética e voltada para a conservação do meio ambiente.

Missão, visão e valores

MISSÃO

Contribuir para a preservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola

VISÃO

Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, referência na prestação de serviços na área de resíduos sólidos e autossustentável no Brasil

VALORES

- Responsabilidade socioambiental
- Atitude integradora
- Inovação
- Integridade
- Segurança

Linha do tempo

Uma trajetória marcada pela inovação e superação de desafios. Acompanhe os principais marcos.

2001

NASCE O INPEV

34 associadas
7 entidades do setor agrícola
27 empresas fabricantes

2010

DESTAQUE GLOBAL

Benchmarking mundial na correta destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas
Participação ativa nas discussões para construção da Política Nacional de Resíduos Sólidos
Lançamento do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA)

2009

INOVAÇÃO

Embalagem Ecoplástica Triex, da Campo Limpo Reciclagem e Transformação, primeira no mundo com resina reciclada para agroquímicos com certificação UN (para transporte de produtos perigosos)

2011

REFERÊNCIA

A logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas passa a ser designada Sistema Campo Limpo
Projeto-piloto de gestão de embalagens vazias de detergentes, alvejantes, inseticidas e raticidas de uso profissional

2012

LADO A LADO COM O CRESCIMENTO DA AGRICULTURA

Elevação dos índices de recebimento nas regiões Norte e Nordeste
Palestra na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

2013

CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Criação dos comitês de Logística e Embalagens para debater desafios e melhorias
Projeto para eliminação de agrotóxicos declarados obsoletos e proibidos por Lei, em parceria com o Governo do Paraná
192,3 mil participantes das atividades do Dia Nacional do Campo Limpo
Embalagens destinadas: **40,4 mil** toneladas

2002 PRIMEIROS PASSOS

Site do inpEV
154 unidades de recebimento
4 mil toneladas de embalagens recebidas

2003 AMPLIAÇÃO

Criação do personagem Olímpio e ações de educação ambiental
47 associadas
230 unidades de recebimento
7,8 mil toneladas embalagens recebidas

2004 AMADURECIMENTO

Implantação do Sistema de Informações das Centrais de Recebimento (SIC)
 Parcerias com empresas recicladoras
 Mais de **300** unidades de recebimento

2005 CONSOLIDAÇÃO

350 unidades de recebimento
23 estados
11 mil pessoas no 1º Dia Nacional do Campo Limpo

2008 FECHANDO O CICLO

Inauguração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.
 Dia Nacional do Campo Limpo no calendário oficial do país
1ª central gerenciada diretamente pelo inpEV, em Rondonópolis (MT)

2007 PLENITUDE

100% dos fabricantes e mais de 2,5 mil distribuidores integram o Sistema
 Campanhas sobre tríplíce lavagem e devolução das embalagens vazias
 Mais de **76 mil** pessoas no Dia Nacional do Campo Limpo em **21 estados**

2006 CAPILARIDADE E FLEXIBILIDADE

inpEV integra o Container Management Committee da Croplife International
 Início do recebimento itinerante em regiões menos estruturadas
 Lançamento da primeira tampa para embalagem de agroquímicos feita com tampas recicladas do próprio setor

2014 REFORÇO AO PLANEJAMENTO E À GESTÃO

Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias (adEV)
 Adoção do Sistema de Logística (SisLog), com melhorias de eficiência operacional
4,8 mil recebimentos itinerantes

2015 NOVOS AVANÇOS

Início do recebimento de sobras de defensivos agrícolas ou impróprios
 Inauguração da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda

2016 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA

Projeto piloto de logística reversa de fertilizantes foliares
 2ª fase do projeto de eliminação de obsoletos no Paraná
 Mais de **260 mil** alunos engajados nos programas de educação ambiental.

2016 EM NÚMEROS

**94%**

das embalagens primárias de defensivos agrícolas colocadas no mercado têm destinação ambientalmente adequada

44,5 mil

toneladas de embalagens destinadas

+ de 210 mil

alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental no Programa de Educação Ambiental (PEA)

4,9 mil

recebimentos itinerantes

**73**

funcionários diretos

69

unidades aptas para receber sobras pós-consumo de produtos

PRÊMIOS



Prêmio Abrasca na categoria Organizações não Empresariais com o *Relatório de Sustentabilidade 2015*

Prêmio Brasil Ambiental, na categoria Resíduos Sólidos, criado pela Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro

+ 70 mil

participantes nas atividades do Dia Nacional do Campo Limpo, em agosto

**35**

participações em eventos de associadas, feiras agrícolas, dias de campo e simpósios (foco educativo)

65

participações em eventos para o público universitário e escolas técnicas

COMPROMISSOS E DESEMPENHO 2016

	Unidade	Meta	Desempenho
Custo por kg	R\$	1,83	1,82
Total de embalagens destinadas	t	46.500	44.528 ¹
Total de embalagens recicladas ou reutilizadas	t	42.500	40.030 ¹
Peso transportado por caminhão	kg	13.500	13.500
Exposição em mídia (<i>clippings</i>)	nº	6.000	6.245
PEA ² - escolas	nº	1.800	2.060
PEA ² - alunos	nº	190.000	210.000
DNCL ³ - centrais com atividades	nº	100	111
Centrais recebendo impróprios	nº	69	69

1. A meta foi revista para 44.500 toneladas em meados de 2016, em decorrência de fatores externos, que reduziram o uso de defensivos agrícolas e, conseqüentemente, a destinação de embalagens vazias: instabilidades climáticas em regiões importantes para o agronegócio, crescimento do uso de novas variedades de sementes mais resistentes a pragas e aumento do contrabando de defensivos agrícolas.

2. PEA: Programa de Educação Ambiental.

3. DNCL: Dia Nacional do Campo Limpo, ação de educação e conscientização realizada anualmente em várias regiões do Brasil no dia 18 de agosto.

OBJETIVOS E METAS PARA 2017

Atingir 100% das centrais aptas e licenciadas para o recebimento de impróprios

Ter 50 postos licenciados para receber impróprios



Dar destinação adequada para 44.500 toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas

Implantar a nova prensa para compactação de embalagens



Desenvolver o projeto Central do Futuro



Controle

Com relatório de auditoria independente, o instituto divulga anualmente suas demonstrações financeiras

Marcelo Okamura, presidente do Conselho Diretor do inpEV em 2016, e Lélvio Lauretti, membro da comissão julgadora do prêmio Abrasca de Relatório Anual durante evento de premiação. O Relatório de Sustentabilidade 2015 do inpEV recebeu o troféu na categoria Organizações não Empresariais.

Governança corporativa GRI G4-34

Coerente com os valores que orientam sua atuação e comprometido com os pilares que sustentam o seu papel como o núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo, o inpEV busca as melhores práticas de mercado para a sua gestão. O estatuto social reitera a necessidade de atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e igualdade.

A estrutura de governança corporativa é composta da Assembleia Geral de Associados, Conselho Diretor, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Comitês temáticos somam conhecimento e apoiam as decisões da liderança: Tributário, Logística, Embalagens e Aprovação de Produtos.

A Assembleia Geral é composta pelos associados do inpEV, a indústria fabricante dos defensivos agrícolas, e se reúne duas vezes por ano para validar a estratégia e avaliar o desempenho do instituto. O Conselho Diretor é representado por membros de empresas associadas contribuintes e entidades associadas, responsável por definir as diretrizes para o cumprimento da missão e dos objetivos sociais do inpEV. As entidades que representam os elos da cadeia agrícola têm a responsabilidade de levar informações e deliberações sobre o Sistema Campo Limpo, agregar conhecimento e orientações para o bom funcionamento do SCL.

A Diretoria Executiva é responsável pela condução da gestão, implementação da estratégia e o desempenho do inpEV. Ela é liderada pelo diretor-presidente, que é um profissional independente (sem vínculo com as empresas associadas) nomeado pelo Conselho Diretor.

O modelo de gestão está baseado em normas rígidas de auditoria e de controle. Com a orientação de auditores externos e o parecer do Conselho Fiscal, o instituto divulga anualmente o resultado de suas atividades e operações segundo normas brasileiras de contabilidade como parte do compromisso de transparência com as empresas e entidades associadas e com os demais elos da cadeia.



ÓRGÃOS QUE ESTABELECEM A GOVERNANÇA

Assembleia Geral

Instância máxima de decisão, constituída pelos associados e convocada duas vezes ao ano para validar as diretrizes estratégicas de médio e longo prazos e aprovar os balanços econômicos e operacionais.

Conselho Diretor

Define as diretrizes para assegurar o cumprimento do estatuto social e zela pelo cumprimento das leis, pela proteção do patrimônio e pelo estreitamento da relação dos elos da cadeia, entre outras atribuições.

É formado por 13 membros titulares: cinco representantes

dos associados contribuintes (eleitos em Assembleia Geral) e oito representantes de entidades associadas (associados colaboradores).

Conselho Fiscal

É formado por três membros (dentre os associados contribuintes) eleitos em Assembleia Geral. Apoia e fiscaliza as outras instâncias de governança.

Diretoria Executiva

Responsável pela administração do instituto, é liderada pelo diretor-presidente, profissional contratado pelo Conselho Diretor sem vínculo com empresas associadas.

COMITÊS DE APOIO

Tributário

Órgão interno que facilita o alinhamento dos participantes do SCL a temas fiscais, tributários e societários. Formado por profissionais do inpEV, da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. e por consultores externos.

Logística

Discute medidas para aprimorar processos e tecnologias de logística reversa, no âmbito do Sistema Campo Limpo.

Embalagens

Avalia as novas tendências, o ciclo de vida das embalagens e as inovações do setor.

Aprovação de Produtos

Avalia e aprova a fabricação de novos produtos, nas recicladoras parceiras, produzidos a partir das embalagens recebidas pelo Sistema Campo Limpo.

Conselho Nacional de Centrais

Grupo multidisciplinar formado por gerentes de centrais, que atua em apoio à administração do inpEV. Entre suas funções estão demandas gerais do Sistema e divulgação das melhores práticas para os conselhos regionais. Seus membros são eleitos a cada dois anos.

CONSELHO DIRETOR**Representantes das empresas associadas**

Basf Brasil
Roberto Araújo

Bayer S/A
Rafael Villarroel

Du Pont do Brasil S/A
Marcelo Okamura

Iharabrás S/A Indústrias Químicas
Gustavo Urdan

Syngenta Brasil
Jorge Buzzetto

Representantes de entidades associadas

Abag – Associação Brasileira do Agronegócio
Luiz Antonio Beltrati Conacchioni
Luiz Antonio Pinazza

Aenda – Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos
Túlio Teixeira de Oliveira

Andav – Associação Nacional dos Distribuidores de Defensivos Agrícolas e Veterinários
Salvino Camarotti
Henrique Mazotini

Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal
Mario Von Zuben

Aprosoja – Associação Brasileira dos Produtores de Soja
Glauber Silveira
Fabricio Morais Rosa

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
Daniel Kluppel Carrara
José Eduardo Brandão Costa

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
Evaristo Câmara Machado Netto
Renato Nobile

Sindiveg – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal
Silvia de Toledo Fagnani
Fernando Marini

Ética

Além dos colaboradores, o código de conduta orienta fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, empresas e entidades associadas

Código de conduta GRI G4-56

Compromisso assinado por todos os colaboradores do inpEV no momento da admissão, o Código de Conduta busca a realização dos princípios, dos valores e da missão do instituto e direciona sua postura social face aos diferentes públicos de relacionamento.

O documento define preceitos que possam trazer conhecimento, capacidade, experiência e cooperação entre toda a rede formada pelo Sistema. Ele prevê, ainda, que a conduta do instituto depende de cada um, de modo que todos devem ser regidos pelos princípios e valores éticos, de satisfação dos associados e demais *stakeholders*; responsabilidade socioambiental, segurança, respeito às diferenças, transparência, inovação, espírito de equipe e soluções construídas com o cliente.

O escopo e abrangência do instrumento inclui orientação a fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, empresas e entidades associadas. O documento aborda temas como o ambiente de trabalho, conflito de interesses, direitos humanos, relações com órgãos governamentais, responsabilidade de gestores de pessoas e segurança da informação.

Recursos Humanos GRI G4-10

A gestão dos Recursos Humanos do inPEV acompanha a trajetória de evolução da organização. Ao fim de 2016, 73 profissionais integravam a equipe do instituto, um crescimento de 15% em relação ao ano anterior. O incremento se deve, principalmente, ao ingresso de duas novas centrais de recebimento à administração do instituto. Os profissionais estão divididos entre a sede da administração, em São Paulo, dez coordenações regionais de operação e cinco centrais de recebimento gerenciadas pelo inPEV: Rondonópolis (MT), Taubaté (SP), Alto Parnaíba (MA), Unaí (MG) e Boa Vista do Incra (RS) – as duas últimas incorporadas em 2016. GRI G4-9

Essa ampliação no número de unidades gerenciadas diretamente amplia o escopo de atuação do RH e demanda uma atenção especial sobre os perfis dos profissionais e as necessidades de cada região.

Ao fim de 2016, 73 profissionais integravam a equipe do instituto, um crescimento de 15% em relação ao ano anterior.

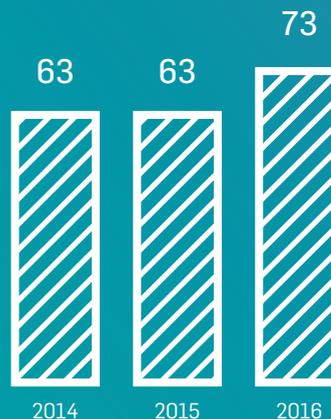
Equipe do inPEV na celebração do aniversário da organização, em dezembro de 2016.



COLABORADORES POR REGIÃO 2016



Total de colaboradores



Duas novas centrais foram incorporadas ao inpEV, totalizando cinco sob gestão própria

A sede do inpEV fica em São Paulo e concentra grande parte dos seus colaboradores. Profissionais também atuam nas 5 centrais de gerenciamento próprias e nas 10 coordenadorias regionais, em todo o país.

NÚMERO DE COLABORADORES GRI G4-10	2014		2015		2016	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Por nível funcional						
Diretoria	1	0	1	0	1	0
Gerência	5	2	7	2	7	2
Chefia/coordenação	9	7	9	6	10	6
Técnica/supervisão	0	1	0	2	0	2
Administrativo	10	12	6	12	5	13
Operacional	9	0	12	0	17	1
Terceiros	1	3	1	3	1	4
Aprendizes	1	1	1	1	3	0
Estagiários	1	0	0	0	0	1
Total por gênero	37	26	37	26	44	29
Total	63		63		73	
Por tipo de emprego						
Jornada integral	35	25	36	25	41	28
Meio período	2	1	1	1	3	1
Por região						
Região Sul	2	0	2	0	6	1
Região Sudeste	18	22	20	22	25	23
Região Centro-Oeste	15	3	9	3	8	4
Região Nordeste	1	0	6	0	5	0
Região Norte	1	0	1	0	0	1

Saúde e segurança

O tema da segurança é prioridade máxima e foi vigorado ainda mais em 2016, com a aprovação de orçamento para a contratação de um profissional da área, a partir de 2017. O objetivo é reforçar a atenção a esse pilar nas centrais de gerenciamento próprio e orientar as demais unidades a adotarem as melhores práticas (leia mais sobre as centrais na pág. 25).

A preocupação com o bem-estar dos colaboradores também é permanente. Quem trabalha na sede tem oportunidade de passar por consulta anual com nutricionista, subsídio para a prática de atividade física, ginástica laboral e distribuição de frutas no escritório, como incentivo à manutenção de uma alimentação saudável. O inpEV oferece plano de saúde e odontológico e incentiva a realização de exames periódicos.

Um trabalho realizado entre 2015 e 2016 com colaboradores voluntários comprovou os benefícios dos hábitos saudáveis na melhora de índices de glicemia e colesterol.

TAXAS DE SAÚDE E SEGURANÇA ¹ GRI G4-LA6	2015			2016		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Número de lesões	2	0	2	1	0	1
Taxa de lesões ²	25,79	0	15,29	3,79	0	3,79
Número de doenças ocupacionais	0	0	0	0	0	0
Taxa de doenças ocupacionais ²	0	0	0	0	0	0
Número de dias perdidos	22	6	28	150	22	172
Taxa de dias perdidos ²	286,66	112,71	214,08	568,18	83,33	651,51
Número de absenteísmo	27	7	34	12	9	21
Taxa de absenteísmo ²	2.826	1.052	2.104	45,45	34,09	79,54
Total de óbitos	0	0	0	0	0	0

1 O indicador passou a ser relatado em 2015.

2 Sistema de registro da OIT: número de lesões/doenças/dias/horas perdidas por HHT (horas homem trabalhadas, incluindo horas-extras) x 1.000.000.

Treinamento e desenvolvimento

Atento à necessidade de atrair e reter talentos para a organização, o inpEV promove ações de desenvolvimento para a equipe, voltadas tanto para o aperfeiçoamento da liderança como treinamentos operacionais.

Para reforçar o compromisso dos profissionais com os resultados da organização, todos passam por avaliação de desempenho. Os contratos de trabalho de todos os funcionários estão atrelados à remuneração variável e alinhados aos objetivos estratégicos do instituto. Os operadores das centrais gerenciadas pelo inpEV também recebem gratificação, de acordo com os objetivos da unidade.

MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTOS GRI G4-LA9	2014			2015			2016		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Diretoria	50	0	50	50	0	50	1	0	0
Gerência	30	45	34	26	59	33	7	2	34
Chefia/coordenação	25	29	27	25	36	29	10	6	16
Técnica/supervisão	0	25	25	0	18	9	0	2	20
Administrativo	22	16	19	34	16	22	5	13	8
Operacional	29	0	29	26	0	26	17	1	2
Terceiros	10	20	18	8	23	19	1	4	0
Aprendizes	288	288	288	302	302	302	3	0	28
Estagiários	0	0	0	0	0	0	0	1	24
Total	32,5	32,8	32,6	34,5	34,4	34,5	44	29	31,7

31,7 horas

foi o tempo médio que cada colaborador teve de treinamentos no ano.



Treinamento de brigada de incêndio em Patrocínio (MG), uma das cinco unidades gerenciadas pelo inpeV.



O Sistema Campo Limpo

Responsabilidades
compartilhadas: cada elo
da cadeia faz sua parte

O Sistema Campo Limpo manifesta a preocupação de toda a cadeia com a sustentabilidade da atividade agrícola e a conservação do meio ambiente.

Presente na Lei 9.974/00, o conceito de responsabilidade compartilhada identifica o papel de cada membro na destinação adequada das embalagens vazias de defensivos agrícolas. Responsáveis pelos resultados do Sistema, os elos da cadeia são os agricultores, distribuidores e cooperativas, indústria (representada pelo inpEV) e o poder público.

Esse comprometimento garante que 94% de embalagens primárias (que têm contato com o produto) comercializadas ano a ano sejam destinadas corretamente e torna o Brasil a maior referência mundial na gestão desses materiais.

Em 2016, o Sistema alcançou mais um marco, ultrapassando as 400 mil toneladas de embalagens vazias destinadas de forma ambientalmente correta – desde o início de sua operação, em 2002, totalizando 410 mil toneladas.

Unidades de recebimento

O Sistema Campo Limpo conta com 411 unidades de recebimento em todo o país. Divididos em centrais e postos, esses espaços são gerenciados por associações de distribuidores de defensivos agrícolas, exceto as cinco centrais administradas pelo inpEV.

O canal de distribuição dos defensivos agrícolas é responsável pela gestão dessas unidades. O inpEV busca orientar e disseminar boas práticas em temas como práticas trabalhistas, segurança e administração financeira, embora não tenha responsabilidade sobre a gestão dessas unidades.

Tanto os postos quanto as centrais de recebimento atendem às determinações da resolução CONAMA 465/14 quanto ao licenciamento ambiental e realizam as seguintes atividades:

- Recebimento de embalagens lavadas e não lavadas
- Inspeção e classificação das embalagens entre lavadas e não lavadas;
- Emissão de recibo confirmando a entrega das embalagens;
- Separação das embalagens por tipo (COEX, PEAD MONO, metálica, papelão);
- Compactação das embalagens por tipo de material (somente centrais);
- Emissão de ordem de coleta para que o inpEV providencie o transporte para o destino final (reciclagem ou incineração) (somente centrais).

Uma série de iniciativas tem contribuído para garantir um ambiente seguro de trabalho das unidades do SCL. Entre eles, a implantação de um *checklist* de logística, lançado em 2015 e que se expandiu no ano passado, em que motoristas e operadores das centrais utilizam uma lista de verificação de carregamento de embalagens com os requisitos de segurança preventivos. Em outra melhoria adotada em 2016, profissionais

◀ PÁGINA ANTERIOR

Canais de distribuição devem indicar aos agricultores os locais para devolução das embalagens vazias.



“Um ponto fundamental para o sucesso do inpEV é o relacionamento entre todos os elos da cadeia agrícola. A atitude integradora é um dos valores e uma prática do inpEV. A responsabilidade que cada um toma para si é visível e é impressionante como isso faz a diferença!”

—
Antônio Carlos do Amaral,
Gerente de Operações
Norte e Nordeste, no inpEV
desde 2005



RESPONSABILIDADE DE CADA UM

—
Previsto em lei, o conceito de responsabilidade compartilhada define o que cabe a cada elo da cadeia:

Agricultores

Fazer a tríplice lavagem, inutilizar e devolver a embalagem vazia

Canais de distribuição

Indicar o local de devolução na NF de venda, manter os locais de recebimento e receber as EVs
Educação e conscientização

Fabricantes

Destinação final e logística
Educação e conscientização

Poder público

Fiscaliza, orienta e licencia a operação das unidades de recebimento. Também apoia as ações de educação e conscientização

do inpEV e um fornecedor especializado desenvolveram uma nova ferramenta que vai contribuir para a segurança dos operadores das centrais: um rebarbador foi especialmente desenhado para ajudar na remoção de lacres, rótulos, abertura de caixas ou bolsas plásticas, substituindo e padronizando os diferentes tipos de ferramentas de corte adotadas anteriormente. A necessidade de melhoria dessa etapa foi identificada na análise de indicadores de acidentes e incidentes nas centrais. Como uma ferramenta específica, o instrumento tem o tamanho adequado, funcionalidade e lâmina com área de corte reduzido, entre outros aspectos. Após a rodada de testes, o instrumento será disponibilizado e poderá ser adotado em todas as centrais a partir de 2017.

O tema da segurança é recorrente também nos encontros promovidos pela gerência de Operações do inpEV com os gestores das centrais. As reuniões ocorrem pelo menos duas vezes ao ano, divididas por regiões, e servem para alinhar as estratégias e fortalecer as ações do Sistema. Apesar dos esforços, em 2016 ocorreu um aumento de 3% nos acidentes registrados nas 411 unidades – o que representa um caso a mais do que no ano anterior. Nas unidades gerenciadas pelo inpEV, o índice de acidentes foi zero. Vale ressaltar que o Sistema não registrou nenhum acidente com vítimas fatais ao longo desses 15 anos.

Gestão da qualidade

Também no intuito de auxiliar os gestores das centrais a ganhar eficiência e adotar boas práticas, o inpEV implementou um programa que tinha por objetivo a revisão da qualidade dos processos adotados. Com o auxílio de uma consultoria, a análise incluiu questões administrativas, de legislação, segurança e gestão ambiental, entre outros aspectos. Em 2016, terceiro e último ano do projeto, 93 centrais foram avaliadas, 40 delas presencialmente. Cada central recebeu o diagnóstico da sua unidade, o que vai ajudar no processo de melhoria contínua da gestão.

Segurança

Em 15 anos, o SCL não registrou nenhum acidente com vítimas fatais

Novas fronteiras

O inpEV acompanha o avanço da produção agrícola e busca adequar a estrutura do Sistema Campo Limpo para garantir a sua capilaridade. As chamadas novas fronteiras, especialmente a conhecida como Matopiba, formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, contam com novas unidades de recebimento inauguradas nos últimos anos. Em 2016, a rede se expandiu para outras regiões em decorrência da demanda crescente no país, com a inauguração de dois postos de recebimento de embalagens vazias em Paraúna e Formosa, em Goiás, e de um posto na cidade de Redenção, no Pará.

O programa também faz parte dos esforços do inpEV para aprimorar a gestão das unidades de recebimento com benefícios relevantes a todo o Sistema Campo Limpo. Um manual com orientações sobre processos de seleção, admissão, demissão e descrição de cargos, entre outros temas, foi disponibilizado aos gestores destas unidades, visando uniformizar processos e replicar boas práticas.

Centrais do inpEV

Em 2016, duas novas centrais passaram a ser gerenciadas pelo inpEV, totalizando cinco unidades de recebimento coordenadas diretamente. Essa integração gera conhecimento e aproxima ainda mais os profissionais do inpEV da realidade das centrais. O objetivo é que essas centrais sediarem treinamentos de funcionários de unidades em suas regiões e também se tornem referência para a inovação e a disseminação de boas práticas.

As duas novas centrais do inpEV são Boa Vista do Incra (RS) e Unaí (MG), que antes funcionavam sob a gerência de associações de distribuidores e de uma cooperativa, respectivamente. As unidades se somam a Alto Parnaíba (MA), Rondonópolis (MT) e Taubaté (SP).

Inovação e tecnologia

A inovação está presente no inpEV desde o início de sua atuação, quando desenhou um sistema inédito de logística reversa para embalagens vazias de defensivos agrícolas. Inovar significa definir estratégias, criar novos caminhos e trazer melhorias aos seus processos, a fim de ganhar eficiência e ampliar a abrangência do Sistema Campo Limpo.

Para pensar os desafios dos próximos anos, em um horizonte de médio e longo prazo, o inpEV desenvolverá a partir de 2017 o projeto Central do Futuro. Compreender o tipo de construção que pode gerar mais eficiência e as novas tecnologias de uso mais racional de água e energia, por exemplo, fazem parte do estudo. O objetivo é estar atento às inovações e ampliar a segurança e o atendimento das questões socioambientais. As atuais centrais também darão sua contribuição, avaliando e compartilhando boas práticas que possam ser replicadas. O projeto pretende acompanhar ainda as evoluções da agricultura e dos defensivos agrícolas, pensando no sistema mais adequado para o futuro.

Em 2016, profissionais do inpEV, em conjunto com consultores parceiros, também desenvolveram o protótipo de uma nova prensa para compactação de embalagens. Com capacidade três vezes maior do que as atuais máquinas utilizadas nas centrais, essa tecnologia passa por avaliações finais que vão definir sua viabilidade para o Sistema.

FUNDAMENTOS DO SISTEMA CAMPO LIMPO

—

Legislação

Atribui responsabilidades específicas a cada elo da cadeia agrícola

—

Integração

Envolvimento de todos os elos desde o início do Sistema

—

Educação e conscientização

Esforços contínuos e consistentes

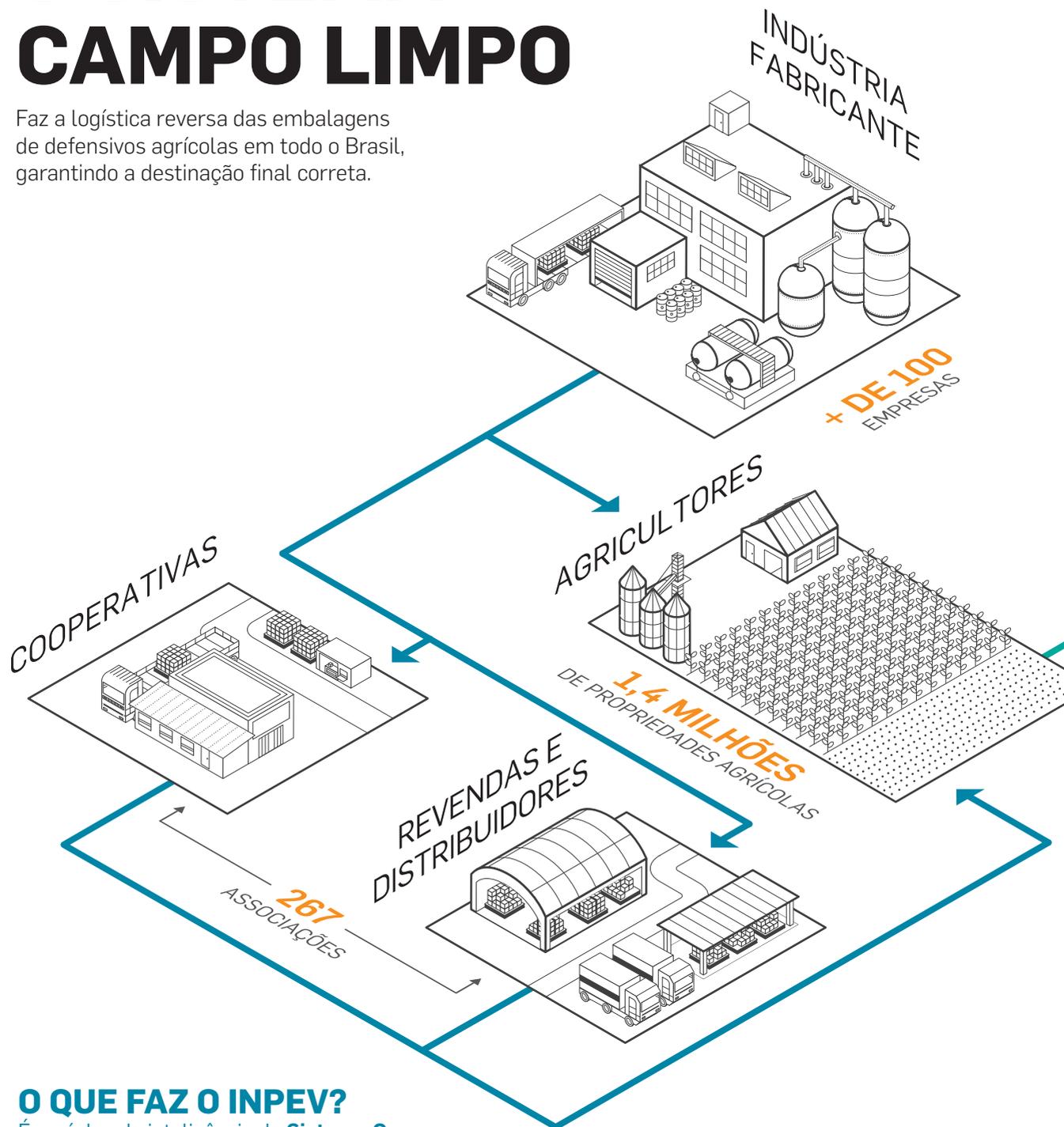
—

Gestão de processos e informação

Orientando a tomada de decisão com foco no aumento da produtividade, eficiência, geração e captura de valor.

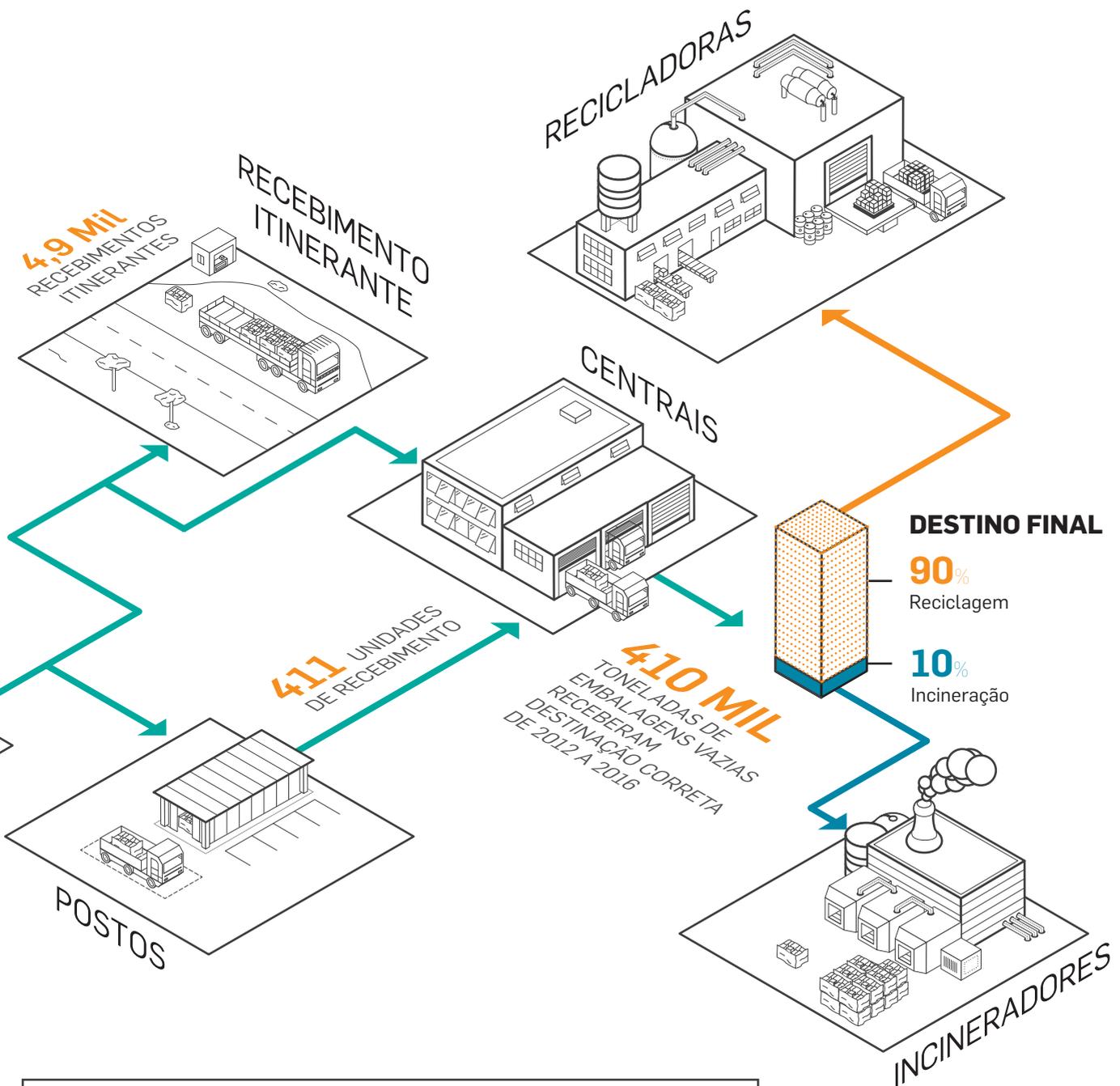
O SISTEMA CAMPO LIMPO

Faz a logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas em todo o Brasil, garantindo a destinação final correta.



O QUE FAZ O INPEV?

É o núcleo de inteligência do **Sistema Campo Limpo**. Além de assegurar a destinação final ambientalmente correta das embalagens, o **inpEV** atua em todo o Sistema articulando os demais elos da cadeia para garantir a eficiência desse processo e representa a indústria fabricante nas suas obrigações relacionadas a logística reversa.



RASTREABILIDADE DE PONTA A PONTA

O Sistema de Informações das Centrais (SIC) controla a movimentação dos materiais (estoques e ordens de coleta) e a rastreabilidade do processo. Acompanha a quantidade e o tipo de material movimentado, além dos documentos das unidades, como licenças e autorizações ambientais, entre outras informações.

CONTROLE E INFORMAÇÕES DE TODO SISTEMA



Logística reversa

Foco em eficiência e produtividade:
94% das embalagens primárias de
defensivos comercializadas têm
destinação ambientalmente adequada.

A estrutura de transporte do Sistema Campo Limpo conta com a articulação de 47 transportadoras adequadas à sazonalidade do negócio, que em épocas de pico realiza até 70 viagens por dia, em uma teia que atende postos, centrais e destinos finais com precisão.

Em 2016, a demanda foi atendida com 12,6 mil de fretes para o transporte das embalagens pós-consumo, em uma média de 13,5 toneladas por caminhão – a máxima eficiência alcançada combinando os fatores capacidade e segurança nos deslocamentos.

O transporte aproveita o frete de retorno: os veículos que transportam as embalagens de defensivos agrícolas cheias aos distribuidores e revendedores são utilizados, na volta, para levar as embalagens vazias dos postos para as centrais, onde são compactadas e levadas ao destino final (reciclagem ou incineração).

Iniciado em 2013, o Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias (adEV) vem contribuindo para a melhoria do planejamento logístico e maior previsibilidade de demanda. O adEV oferece aos agricultores a possibilidade de programar as devoluções das embalagens por meio do computador ou dispositivo móvel.

Iniciativa também lançada em 2013 foi a padronização dos Recebimentos Itinerantes. Por meio dessa modalidade de recebimento, é possível ampliar a capilaridade do SCL, aproximando-se ainda mais do agricultor, especialmente nas áreas onde a quantidade de embalagens não justifica a instalação de uma unidade física de recebimento. Em 2016, foram realizadas 4,9 mil ações de Recebimento Itinerante em todo o Brasil.

SIC

Por meio do Sistema de Informações das Centrais (SIC), disponível via *web*, o planejamento logístico obtém dados em tempo real sobre a quantidade e o tipo de material movimentado até o dia anterior, em diversos agrupamentos. A rapidez e eficiência do sistema vai permitir novas configurações a partir de 2017, com a possibilidade de ter um processo mais dinâmico e permitir ajustes em um intervalo de tempo menor. Assim, será possível ter ainda mais precisão na informação e qualidade da gestão.

Destinação adequada

Em 2016, 44.528 mil toneladas de embalagens vazias tiveram destino ambientalmente correto por meio do Sistema Campo Limpo, representando 94% do total das embalagens primárias comercializadas. O Sistema manteve seus patamares elevados de eficiência, mas o volume de embalagens destinadas foi 2,2% menor na comparação com 2015. Esse resultado se deve a fatores externos, como condições climáticas que afetaram as safras, aumento da comercialização de sementes biotecnológicas mais resistentes às pragas e crescimento do contrabando de agroquímicos, fatores responsáveis pela redução do uso de defensivos agrícolas no campo.

O acompanhamento rotineiro e atento permitiu ao inpEV antecipar esse cenário. A meta de destinação final inicialmente prevista para 2016 foi revista ainda no primeiro semestre do ano, passando de 46,5 mil toneladas

◀ PÁGINA ANTERIOR

Motorista de empresa parceira realiza checklist de logística, com a verificação dos itens segurança.

NÍVEL DE EFICIÊNCIA
MANTIDO EM 2016

94%

das embalagens
comercializadas têm
destinação ambiental
correta



"A inovação e a tecnologia são destaques na trajetória do inpEV. O Sistema de Informações das Centrais (SIC) nos permite assegurar a rastreabilidade de todo o processo de destinação das embalagens vazias. Outro instrumento de gerenciamento, o Agendamento da Devolução das Embalagens (adEV) facilita o planejamento, antecipando a demanda e a gestão dos estoques".

—
Leonardo Fernandes,
gerente de TI, no inpEV
desde 2008.



Combate a ilegais

Por conta do crescente uso de produtos fitossanitários contrabandeados, o inpEV participou de eventos para disseminar conhecimento e aprimorar ações preventivas, em Minas Gerais. A iniciativa foi realizada em conjunto com diversos órgãos do setor e representantes governamentais.

para 44,5 mil, o que permitiu os ajustes necessários na cadeia e, por fim, o atingimento dessa nova meta ao fim do ano.

Aproximadamente 90% das embalagens vazias são destinadas à reciclagem. As demais, como as que não foram devidamente lavadas pelo agricultor, embalagens flexíveis ou contendo sobras de produto, são incineradas. [GRI EN28.](#)

Em 2016, foi inaugurada a primeira fase das instalações da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas, que complementa as atividades da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, ambas idealizadas pelo inpEV (leia mais no quadro a seguir).

Em 2016, uma nova etapa de separação de IBCs (Intermediate Bulk Container) permitiu uma alteração na forma de destinação dessas embalagens e a redução de custos do processo. As bolhas plásticas são separadas da estrutura em metal, permitindo que esta última seja reutilizada. Já as bolhas continuam sendo destinadas para incineração. Com isso, o benefício total ao inpEV foi de mais de R\$ 460 mil, valor que contempla a redução da incineração e o ganho do material destinado para reuso da grade.

Contribuição para autossuficiência

Idealizada pelo inpEV em 2008, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. foi um importante marco para alavancar a geração de recursos pelo próprio Sistema. Lançada em 2009, a Ecoplástica Triex é a primeira embalagem fabricada a partir desse processo com certificação UN (para transporte terrestre e marítimo de produtos perigosos) no mundo. O processo de produção conta com a certificação ISO 9001:2000

Em um novo passo para gerar valor, em 2014 foi criada a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda., que complementa o portfólio da Campo Limpo Reciclagem e Transformação, reciclando as tampas das embalagens vazias de defensivos agrícolas. A nova unidade comercializa a Ecocap, um sistema de vedação de alta performance para embalagens, além de resinas pós-consumo.

Além de soluções inovadoras para fechar o ciclo da gestão de embalagens de defensivos agrícolas, esses itens também possibilitam ganhos ambientais significativos, com redução de emissões de gases de efeito estufa e economia de recursos em relação à produção tradicional.

Outra conquista importante em 2016 foi a aprovação do uso da resina plástica reciclada das embalagens vazias de defensivos agrícolas para novos artefatos, passando de 17 para 33 possíveis aplicações diferentes.

Recebimento de impróprios

Iniciado em 2015, o recebimento de embalagens contendo sobras de produtos regularmente comercializados nas centrais de recebimento teve continuidade em 2016 e ampliou o número de unidades preparadas e licenciadas para receber os materiais, de 24 para 69 centrais. A previsão é alcançar 100% das centrais até o fim de 2017.

O recebimento de sobras e defensivos agrícolas impróprios pelas unidades de recebimento do Sistema era proibido até 2014 pela Resolução Conama 334/03, alterada pela Resolução 465/15 que autorizou o licenciamento dessa atividade. São considerados impróprios, produtos fabricados e comercializados regularmente no Brasil, registrados nos órgãos competentes, com data de validade vencida ou avaria que impossibilite seu uso.

Para receber essas embalagens, as unidades precisam passar por adequações físicas, como a definição de um espaço específico e isolado dos demais para acondicionamento dessas embalagens, entre outras exigências estabelecidas pela legislação. Também é necessário um novo licenciamento da unidade. O inpEV está orientando as centrais nas adequações das instalações físicas e na obtenção das licenças. Esse recebimento oferecerá mais segurança ao meio ambiente e às pessoas, evitando o risco do armazenamento inadequado nas propriedades agrícolas ou o descarte incorreto do produto.

Destinação de obsoletos

Os obsoletos são produtos banidos, cuja fabricação e comercialização estão proibidas por lei desde 1985, em especial os organoclorados.

No estado de São Paulo, desde 2015, um termo de convênio assinado por Coordenadoria de Defesa Agropecuária, Cetesb e inpEV visa ao desenvolvimento de atividades a serem executadas para o gerenciamento dos produtos obsoletos declarados. Essas atividades envolvem a emissão de licenças, acondicionamento e logística, incineração e fiscalização. As ações de coleta devem retirar 420 toneladas de 327 propriedades em 2017.

Em 2016, o inpEV também assinou um termo de cooperação técnica com o governo do Paraná para a segunda etapa da operação de eliminação de produtos obsoletos naquele estado, que foi pioneiro em ações como essa. A primeira fase ocorreu entre 2012 e 2013, quando foram retirados das propriedades rurais e incineradas cerca de 1,2 mil toneladas do material. Esse termo de cooperação conta com a participação da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Instituto das Águas e Instituto Ambiental do Paraná – IAP) e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater). Também envolve a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e o Sistema Faep (Federal da Agricultura do Estado do Paraná).



IMPRÓPRIOS

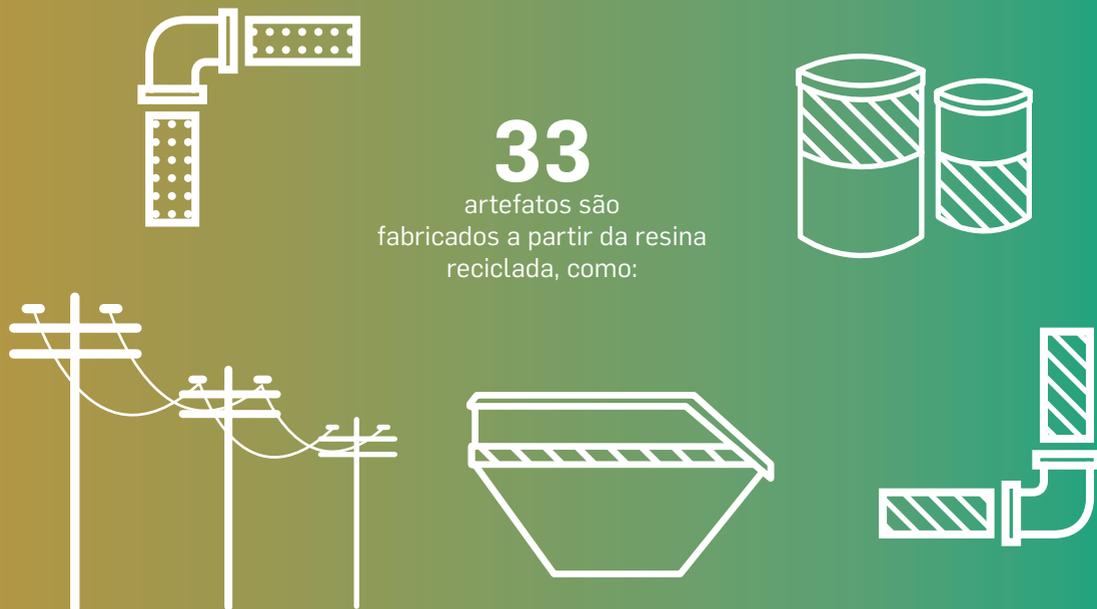
Produtos fabricados e comercializados regularmente no Brasil, mas que estão com data de validade vencida ou embalagem avariada, impossibilitando seu uso.



OBSOLETOS

Produtos banidos, com fabricação e comercialização proibidas por lei, em especial organoclorados.

NOVOS PRODUTOS

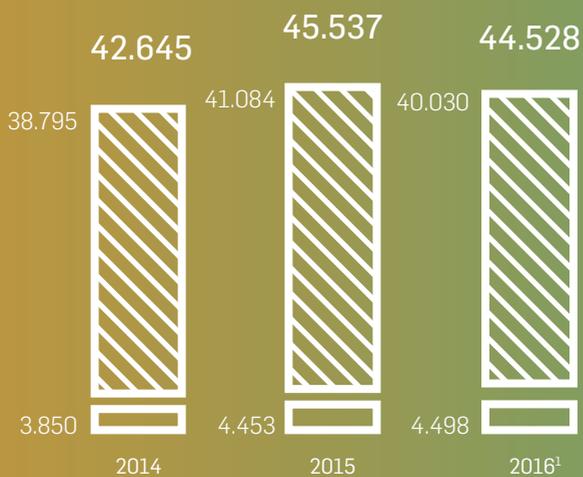


33

artefatos são fabricados a partir da resina reciclada, como:

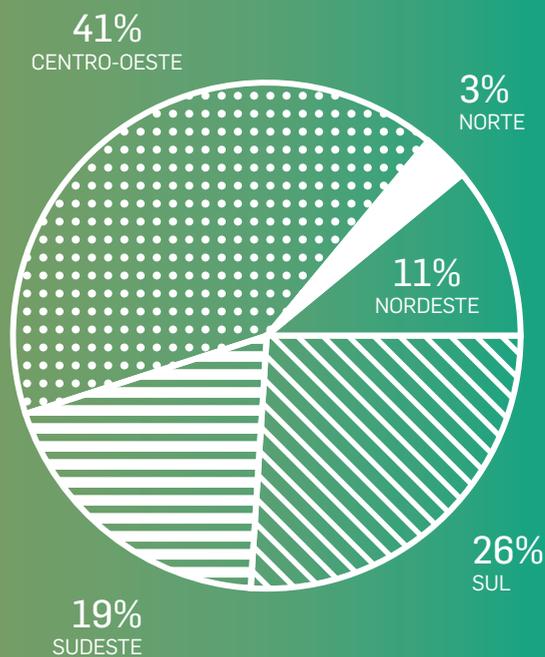
Pallets, suporte para sinalização rodoviária, cruzeta de poste, caçamba e roda plástica para carriola, embalagem para óleo lubrificante, conduíte, dutos, caixas, tubo para esgoto, barricas de papelão e plástica

Embalagens destinadas (t)
GRI G4 EN23



INCINERAÇÃO
 RECICLAGEM

Destinação por região(%)
2016



Segurança e controle

A atuação do inpEV assegura a destinação correta das embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo, reduzindo os riscos e impactos na saúde e segurança da sociedade. Toda embalagem recebida é vistoriada no momento do recebimento nas centrais e postos do SCL, sendo emitidos recibos de entrega de conformidade aos agricultores.

As embalagens não conformes (que não foram lavadas adequadamente) são notificadas e encaminhadas para a área segregada (barracão de não lavadas) e as embalagens não pertinentes (que não são de defensivos agrícolas) não são recebidas e devolvidas ao agricultor. Os impactos na saúde e segurança e a busca de melhorias nos produtos também são garantidos por meio da certificação ISO 9001, além de ações como: a) programa de manutenção preventiva de equipamentos; b) monitoramento de peso e dimensões dos fardos; c) programa de não conformidade de fardos avaliado pelo reciclador; d) tratativa de não conformidades caso a caso; e e) monitoramento de resíduos químicos nas embalagens. **GRI G4-PR1**

Vale ressaltar que o inpEV não exporta e nem importa resíduos perigosos. Os resíduos considerados perigosos transportados pelo SCL são as embalagens não laváveis e as que não foram corretamente lavadas pelos agricultores no momento do preparo da calda do produto. O processo para o transporte desses itens é padronizado, e feito em cargas separadas das demais embalagens. Não há contato dos operadores com os produtos. Em 2016, foram transportadas 4,5 mil toneladas desse tipo de material, representando 10% do total de embalagens vazias transportadas no período. Todo o material é enviado para incineração. **GRI G4-EN25, G4-EN30**



“Temos um Sistema consolidado e conhecemos profundamente o processo. Nosso foco agora se volta para oportunidades de otimizar custos, melhorar a produtividade e gerar inovação. Devemos estar atentos às novas tecnologias de produtos e embalagens e avaliar toda a cadeia a partir disso. Isso nos motiva para o futuro.”

Paulo Ely do Nascimento,
Gerente de Operações Sul,
Sudeste e Centro-Oeste,
no inpEV desde 2002



DESTINAÇÃO POR ESTADO (t)

	2015	2016	%		2015	2016	%
Mato Grosso	10.391	10.485	↑ 0,9	Rondônia	301	478	↑ 58,9
Paraná	6.110	5.970	↓ 2,3	Espírito Santo	348	292	↓ 16,0
São Paulo	4.657	4.583	↓ 1,6	Pernambuco	310	232	↓ 25,2
Rio Grande do Sul	4.856	4.572	↓ 5,9	Pará	170	191	↑ 12,8
Goiás	4.649	4.485	↓ 3,5	Alagoas	149	107	↓ 28,4
Mato Grosso do Sul	3.498	3.431	↓ 1,9	Rio de Janeiro	61	55	↓ 10,0
Minas Gerais	3.454	3.402	↓ 1,5	Sergipe	40	54	↑ 35,8
Bahia	3.413	3.088	↓ 9,5	Rio Grande do Norte	58	41	↓ 29,6
Santa Catarina	940	1.006	↑ 7,0	Roraima	29	18	↓ 37,3
Maranhão	873	789	↓ 9,6	Amazonas	3	-	↓ 100,0
Piauí	727	643	↓ 11,6	Totais*	45.536	44.528	↓ 2,2
Tocantins	498	605	↑ 21,6				

* Variações na quantidade destinada de um ano para o outro nos estados são consequência de fatores pontuais, entre eles: variação no consumo de defensivos agrícolas causadas por mudanças climáticas, disponibilidade de frete, otimizações na logística e expansão da fronteira agrícola.

Educação e conscientização

Investimento contínuo do inpEV
para a conservação do meio
ambiente e o desenvolvimento das
futuras gerações

GRI G4-S01

Com foco no engajamento de todos os elos do SCL e reconhecendo a importância de conscientizar as futuras gerações para a sustentabilidade, o inpEV investe continuamente em ações de educação ambiental.

São campanhas, materiais educativos, vídeos e curso virtual que orientam todos os elos da cadeia agrícola, e em especial os agricultores, sobre a necessidade de lavar corretamente a embalagem (em um processo chamado tríplice lavagem) e o passo-a-passo para que ele possa fazer a devolução, viabilizando a reciclagem do material. Mas o instituto também vai além, disseminando mensagens sobre conservação ambiental, consumo consciente, gestão de resíduos, entre outros temas para estudantes, educadores e sociedade em geral. Desde 2005, o Dia Nacional do Campo Limpo aproveita a capilaridade do Sistema com sua rede de unidades de recebimento para promover ações de educação e se aproximar da comunidade do entorno. Em outra iniciativa lançada em 2010, o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo apresenta materiais didáticos especialmente desenvolvidos para orientar crianças do 4º e 5º do Ensino Fundamental em diversos estados do país. Juntas, as duas iniciativas registram a participação de mais de 280 mil pessoas em 2016.

Totalmente reformulada em 2015, a plataforma online do inpEV está mais dinâmica e interativa. O curso a distância sobre logística reversa de embalagens tem carga horária de três horas e oferece informações sobre legislação, responsabilidades compartilhadas e o destino final das embalagens recebidas no SCL. O curso virtual tem linguagem de fácil entendimento e está acessível a todos os interessados no *site* do inpEV (inpev.org.br). Ao final, é possível imprimir um certificado.

Dia Nacional do Campo Limpo

Presente no calendário nacional, o Dia Nacional do Campo Limpo ocorre no dia 18 de agosto, data que marca a celebração dos excelentes resultados do Sistema entre todos os elos da cadeia agrícola, em um movimento que também chama a atenção para a importância da conservação do meio ambiente. As ações realizadas desde então já reuniram mais de 1 milhão de pessoas e são organizadas pelas centrais de recebimento de embalagens vazias com apoio do inpEV, de canais de distribuição e de organizações públicas e privadas.

Em 2016, o DNCL registrou a participação de mais de 70 mil pessoas envolvidas nas atividades. As unidades de recebimento tiveram maior envolvimento em relação ao ano anterior, com a participação de 111 centrais.

O DNCL é um momento em que as unidades do Sistema abrem suas portas para a comunidade do entorno e organizam inúmeras atividades voltadas para agricultores, poder público e instituições de ensino da região. Nesse momento, a comunidade local pode conhecer a importância do trabalho do SCL para a conservação ambiental em meio a uma comemoração que inclui palestras, exposições, apresentações musicais e teatrais, atividades de engajamento da sociedade em geral.

◀ PÁGINA ANTERIOR

18 de agosto, Dia Nacional do Campo Limpo, faz parte do calendário nacional desde 2008.



“Os investimentos contínuos em educação e conscientização desde a fundação do inpEV concretizam seu comprometimento com a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento das futuras gerações”

—
Maria Helena Zucchi Calado,
gerente de Sustentabilidade do
inpEV desde 2012



João Cesar Rando, diretor-presidente do inpEV, oferece placa de reconhecimento a José Carlos Ferrigolo, presidente da Cooperativa Agrícola de Unaí (Coagril), de Minas Gerais.



Uma das atividades realizadas durante as comemorações é a iniciativa que premia projetos escolares relacionados à conservação ambiental escolhidos por voto popular. Em 2016, as três primeiras colocadas foram escolas das cidades de Tangará (SC), Luziânia (GO) e Formosa do Oeste (PR). Ao todo, 119 escolas inscreveram ações, originárias de 18 estados. Foram registrados mais de 43 mil votos, número também superior aos 30,2 mil de 2015.

Programa de Educação Ambiental

Criado pelo inpEV, em parceria com as centrais de recebimento, o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA) apoia as instituições de ensino na complementação dos conteúdos com temas relacionados ao meio ambiente. Com materiais didáticos especialmente desenvolvidos, o programa atua nas escolas do entorno das centrais de recebimento, fomentando a conscientização ambiental de alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental.

Todo o trabalho está alinhado às recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do MEC. O número de participantes das atividades cresceu em 2016, chegando a mais de 2 mil escolas e 210 mil alunos engajados. Cem centrais inscreveram escolas de 274 diferentes municípios para participar das atividades do PEA.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2014	2015	2016
Municípios envolvidos	245	274	274
Centrais	103	102	100
Escolas	1.572	1.872	2.060
Salas de aula	6.223	7.289	8.360
Alunos engajados	156.946	189.060	210.428

SAIBA MAIS
sobre o PEA em
inpev.org.br/peacampolimpo

Outra novidade de 2016, o material apresentou o jogo digital Guardiões do Planeta, utilizando as plataformas eletrônicas para se aproximar do ambiente escolar e da linguagem mais comum entre crianças e jovens.



Portal do Programa de Educação Ambiental (PEA) disponibiliza material multimídia com vídeos e jogos online.



Impactos indiretos na sociedade

O inpEV contribui para a sociedade principalmente na melhoria das condições ambientais, por meio da dinâmica de recebimento e destinação final das embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo realizada pelo Sistema Campo Limpo. Atua pelo desenvolvimento econômico por meio dos cerca de 1,5 mil empregos diretos do Sistema, além dos 73 postos de trabalho do próprio instituto. O inpEV também difunde conhecimento e contribui para o aperfeiçoamento de outros sistemas de logística reversa ao compartilhar as informações do SCL com outros setores produtivos. **GRI G4-EC8**

Parceria institucional

Ao fim de 2016, o inpEV firmou uma parceria com a Enactus, organização sem fins lucrativos presente em 36 países, que congrega mais de 70.500 estudantes universitários e seus professores. O objetivo dessa parceria é possibilitar o desenvolvimento de projetos de cunho socioambiental por esses estudantes trazendo inovações e benefícios ao Sistema Campo Limpo.

210 mil

alunos engajados
em 2016 no Programa de
Educação Ambiental, em 274
municípios do país

Desempenho econômico-financeiro

Autossuficiência: busca por agregar valor ao Sistema

Criado pela indústria do setor agroquímico para cumprir a responsabilidade da destinação ambientalmente correta de embalagens vazias de defensivos agrícolas, o inpEV tem como principal fonte de financiamento as contribuições das empresas associadas. Também compõem a receita as taxas de credenciamento dos recicladores parceiros do Sistema Campo Limpo, o ingresso para custeio das unidades de recebimento e o arrendamento da Campo Limpo Transformação de Plásticos S.A.

A gestão financeira se esforça para reduzir custos e ampliar a eficiência, ao mesmo tempo em que busca capturar valor a partir da cadeia gerenciada pelo instituto e da expansão da sua área de atuação. Agregar valor à reciclagem é uma forma para capturar valor e revertê-lo para mitigar os custos do Sistema. Desde 2008, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, e mais recentemente em 2015 a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas, atuam como recicladoras parceiras, fabricando e comercializando novas embalagens de defensivos agrícolas a partir do material reciclado proveniente do Sistema (leia mais sobre as empresas na pág. 32).

Aproveitando a expertise desenvolvida, o instituto também pretende ampliar o leque de serviços, transformando o conhecimento da equipe e a infraestrutura já construída em valor por meio da prestação de serviços de consultoria (leia mais no box a seguir).

Projeto para recebimento de embalagens de fertilizantes foliares

No final de 2016, o inpEV e a Abisolo (Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal) firmaram um contrato para a realização em um projeto-piloto de logística reversa das embalagens vazias geradas no setor de fertilizantes foliares, organominerais, orgânicos, substratos para plantas e condicionadores de solo em algumas localidades selecionadas.

O projeto-piloto buscará entender a dinâmica da devolução das embalagens daquele segmento e identificar a viabilidade de que sua logística reversa aconteça por meio das unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo, utilizando o conhecimento e a infraestrutura instalados.

◀ PÁGINA ANTERIOR

Embalagens são compactadas e organizadas em pallets para envio à destinação final.



“Naquela ocasião, em 2002, discutíamos muito se a lei iria 'pegar'. Era uma legislação nova, que trazia o conceito das responsabilidades compartilhadas, do papel de cada um, incluindo o agricultor. Foi um trabalho árduo de conscientização dos elos. Fazê-los entender que éramos parceiros em uma mesma cadeia. Lembro que nós celebramos muito as 4 mil toneladas. Hoje, já ultrapassamos 410 mil.”

—
Regina Sousa, gerente Administrativo-Financeira, no inpEV desde 2002



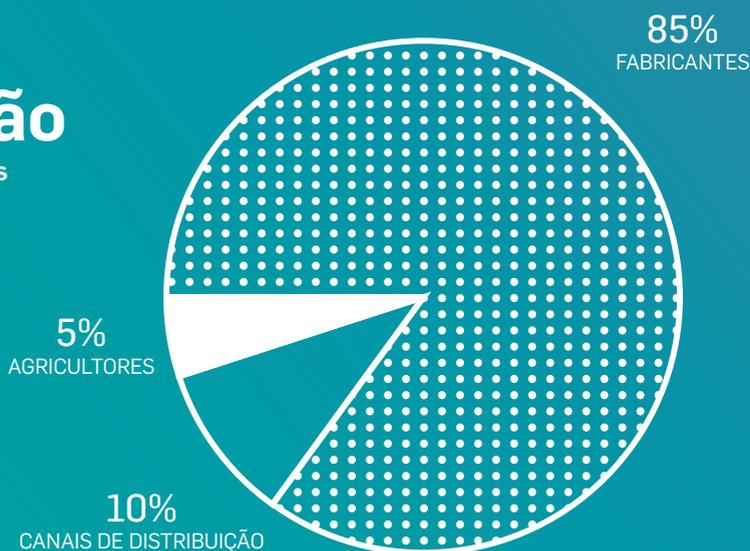
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (R\$ MIL) GRI G4-9 E G4-EC1	2014	2015	2016
1. Receitas ¹	106.747	115.069	115.398
2. Insumos adquiridos de terceiros	89.601	94.266	94.786
3. Valor adicionado bruto (1-2)	17.145	20.802	20.611
4. Retenções	6.497	6.737	6.942
5. Valor adicionado líquido produzido (3-4)	10.647	14.064	13.669
6. Valor adicionado recebido em transferência	1.894	3.213	4.090
7. Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)²	12.541	17.278	17.759
Colaboradores (remuneração, benefícios e encargos)	10.258	11.619	12.778
Governo (impostos, taxas e contribuições)	3.567	3.674	3.992
Lucro retido/prejuízo do exercício	-1.676	1.577	588
Remuneração de capital de terceiros (juros e aluguéis)	392	407	400
Valor adicionado acumulado	3.352	-3.154	-1.176

¹ Inclui reversão de provisões, Cofins de arrendamento e despesas não operacionais.

² O inpEV é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, constituído por um grupo de associados não remunerados. Assim, não há remuneração de acionistas.

Investimentos no Sistema

Mais de
R\$ 1 bilhão
investidos em 15 anos



PRINCIPAIS INDICADORES	2014	2015	2016
Custo por kg (total)	●	●	●
Custo por kg (sem a área de projetos)	●	●	●
Orçamento inpEV (sem a área de projetos, em R\$ mi)	●	●	●
Total de embalagens destinadas	●	●	●
Total de embalagens recicladas	●	●	●
Total de embalagens destinadas (de Pead Mono em t)	●	●*	●
Total de embalagens destinadas (de Coex em kg)	●	●	●
Exposição na mídia (<i>clippings</i>)	●	●	●
Peso transportado por caminhão (em kg)	●	●	●

* Fatores climáticos, menor incidência de pragas e atrasos no plantio ocasionaram a divergência entre o volume planejado e o realizado.

● SUPERADO ● REALIZADO ● REALIZADO, ainda que próximo do limite (atenção) ● ABAIXO DO ESTIMADO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)	2014	2015	2016
Ativo total	95	101	96,0
Recursos totais que financiam o programa (inpEV + elos da cadeia) acumulados desde 2002	801	910	1.006
Receita operacional	107	115	116
Contribuições de associados	55	61	61
Taxa de credenciamento ¹	12	13	12
Arrendamento Campo Limpo ²	6	6	7
Patrimônio líquido	76	77	79
Dívida líquida ³	0,3	1	1

1 Pago pelos recicladores pela remessa de embalagens e pela cooperação técnica com o inpEV.

2 Aluguel pago pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos ao inpEV.

3 Considera-se apenas obrigações com fornecedores, excluindo-se obrigações com centrais e postos.

Cenário tributário e regulatório

Atento aos interesses da cadeia agrícola, o inpEV monitora o cenário regulatório e institucional. Um dos desafios é conseguir o tratamento tributário mais favorável ao programa de logística reversa.

Em relação ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o inpEV defende que as embalagens já são tributadas na origem e não há circulação de mercadoria no momento da devolução, argumento que foi recusado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão do Ministério da Fazenda. Dessa forma, o inpEV segue com negociações em cada estado com base no Convênio 51/99, que prevê o benefício da isenção do ICMS sobre a circulação das embalagens pós-consumo. No atual formato, cada estado pode decidir se adota ou não a aplicação do convênio.

Em 2016, dois novos estados, Santa Catarina e Roraima, concordaram com a argumentação do instituto e aderiram ao Convênio. Com isso, são 11 os estados com regulamentação para isenção do imposto, incluindo aqueles que compõem grande parte do seu volume (Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Em relação à Cofins, o instituto também busca sensibilizar a Receita Federal a não tributar a taxa de credenciamento das recicladoras. O instituto recebe das empresas recicladoras uma taxa correspondente à transferência de conhecimento relativo ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica para outros artefatos e a treinamentos para funcionários dessas empresas. Esse recurso é reinvestido no próprio Sistema, em conformidade com o que prevê a lei das associações sem fins lucrativos.

Em função do benefício ambiental da logística reversa e da reciclagem das embalagens vazias, o inpEV também se mantém atento a novos mecanismos que possam estimular esse mercado. O instituto tem acompanhado propostas em tramitação no Congresso Nacional como um projeto de lei que busca desonerar o produto final que utilize material reciclado em sua composição.

Sustentabilidade no campo:
SCL ajuda a conservar o meio
ambiente, evitando que as
embalagens vazias tenham
destinação incorreta



◀ Produtor rural de Catuti, em Minas Gerais, devolve embalagens vazias em uma ação de recebimento itinerante na região.

Gestão ambiental

—
Energia, água e emissões são
aspectos monitorados

O inpEV contribui para a sociedade, principalmente na melhoria das condições ambientais, por meio da dinâmica de recebimento e destinação final das embalagens de defensivos agrícolas realizada pelo Sistema Campo Limpo.

Dessa forma, o negócio mitiga seus impactos ambientais por meio da gestão de resíduos e reciclagem do material e a utilização do chamado frete de retorno (logística reversa) para transporte.

Em 2016, o inpEV investiu R\$ 13,6 milhões em ações de proteção ambiental e em seu processo de gestão em prol da conservação dos recursos naturais. Todas as normas ambientais vigentes relacionadas ao exercício da sua atividade são cumpridas, sem registro de sanções por assuntos ambientais em 2016. [GRI G4-EN27](#), [GRI G4-29](#), [G4-EN31](#)

Energia

O consumo de energia elétrica cresceu 33% em relação ao ano anterior, totalizando 270,3 GJ em 2016. O crescimento se deve à incorporação de mais duas centrais de gerenciamento próprias do inpEV e às obras de expansão da central de Rondonópolis (MT), que demandou o uso de maquinário por cerca de sete meses. Em São Paulo, sede do instituto, ações para redução no consumo de energia e uso consciente do ar-condicionado no verão e de aquecedores no inverno são contínuas. [GRI G4-EN3](#)

Instituto investiu R\$ 13,6 milhões em ações de proteção ambiental

Água

O inpEV consumiu 964,2 m³ de água no ano. O consumo total cresceu 20% em função da obra em Rondonópolis. No edifício-sede, onde está localizada grande parte dos colaboradores, o consumo não é individualizado, tornando inviável a análise de desempenho. Os volumes da sede e das unidades de recebimento são fornecidos pelas concessionárias de abastecimento locais, exceto pelas centrais de Unai, Alto do Parnaíba e Boa Vista do Incra, que possuem poço artesiano. [GRI G4-EN8](#)

Emissões

O conceito do frete de retorno por si só é um grande aliado na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A logística reversa implica utilizar um mesmo veículo que entrega defensivos agrícolas desde a indústria (fabricante) aos distribuidores e às cooperativas para fazer a viagem de volta transportando as embalagens vazias, devolvidas nas unidades de recebimento.

A reciclagem também evita que novos recursos naturais sejam extraídos para abastecer a indústria produtiva. A embalagem de defensivos agrícolas Ecoplástica, produzida pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, por exemplo, emite quatro vezes menos gases de efeito estufa

◀ PÁGINA ANTERIOR

Linha de produção da Ecoplástica, na Campo Limpo Reciclagem e Transformação S.A.



“Trabalhamos para ampliar ao máximo a reciclagem, com novos métodos de separação de materiais e atributos que podem ser gerados a partir da resina reciclada. É gratificante atuar em uma instituição cuja prioridade é o reaproveitamento, reinserindo na cadeia o que viraria apenas resíduo.”

—
Alexander Santos, gerente de Destinação Final e Desenvolvimento Tecnológico, no inpEV desde 2008



Transporte

Aliada na redução das emissões de GEE, a logística reversa utiliza o mesmo veículo que entrega os defensivos agrícolas nos distribuidores para transportar as embalagens vazias

que uma embalagem convencional. Inovadora, a embalagem oferece alta resistência, sendo a primeira de sua categoria a obter a certificação UN (grupo II, densidade 1,4 g/cm³) para o transporte marítimo e terrestre de produtos perigosos. [GRI G4-EN19, G4-EN27](#)

Anualmente a Fundação Espaço Eco mensura os benefícios que o Sistema Campo Limpo gera ao meio ambiente. Para se ter uma ideia desse benefício, entre 2002 e 2016 deixou de ser lançado na atmosfera o equivalente a 572 mil toneladas de CO₂, representando a não extração de 1,3 milhão de barris de petróleo. [GRI G4-EN27](#)

O compromisso do inpEV com a redução de emissões foi ratificado em 2015, com a adesão voluntária ao Protocolo Climático do Governo do Estado de São Paulo. A iniciativa tem o objetivo de estimular as empresas a reduzir emissões de gases do efeito estufa e adotar ações de adaptação às mudanças climáticas. [GRI G4-15](#)

INVESTIMENTO EM PROTEÇÃO AMBIENTAL (R\$ MIL) GRI G4-EN31	2014	2015	2016
Tratamento e disposição de resíduos	11.682	11.405	9.907
Incineração das embalagens não lavadas	11.072	11.405	9.849
Destinação de produtos obsoletos e impróprios ¹	359	0	23
Incineração de sobras de produtos ²	0	0	35
Destinação de produtos ilegais ³	251	0	0
Prevenção e gestão ambiental	3.296	3.575	3.725
Ações de educação e conscientização ⁴	3.145	3.384	3.560
Ações de monitoramento ⁵	151	191	219
Total	14.978	14.980	13.632

1 Ações e programas desenvolvidos em parceria com órgãos de governos estaduais.

2 Sobras de produtos pós-consumo devolvidas por agricultores nas unidades licenciadas do SCL.

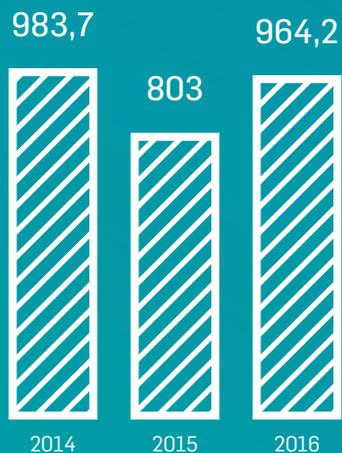
3 Os custos associados à destinação de produtos ilegais foram integralmente transferidos para o Sindiveg a partir de 2015.

4 Englobam investimentos em conscientização e educação, como eventos, DNCL, materiais produzidos para utilização em palestras e dias de campo, além de materiais utilizados pelos multiplicadores.

5 Os números refletem as ações de monitoramento, após a lavagem das embalagens vazias pelos agricultores, além de consultorias relacionadas.

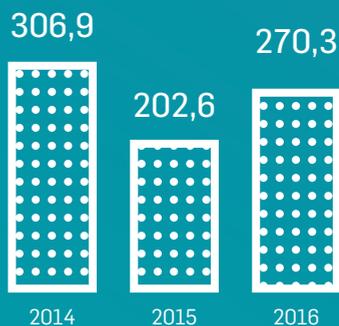
Consumo de água (m³)

GRI G4 EN8



Consumo de energia (GJ)

GRI G4 EN3



Benefícios do Sistema

A Fundação Espaço Eco mensura anualmente a contribuição que a destinação correta das embalagens vazias de defensivos agrícolas gera ao meio ambiente e à sociedade.

De 2002 a 2016:



RESÍDUOS

410 mil
toneladas

de embalagens
vazias receberam destinação



EMISSÕES

572 mil
toneladas

de CO₂ deixaram de
ser emitidas



ÓLEO E GÁS

1,3 mi
barris

de petróleo
foram poupados

Anexos

Acompanhe nas próximas páginas o índice para localização dos indicadores no relatório e as demonstrações contábeis do inpEV.

Sumário de conteúdo GRI

GRI G4-32

◀ PÁGINA ANTERIOR

Central de recebimento e processamento de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS	PÁGINA/RESPOSTA	VERIFICAÇÃO EXTERNA
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4-1 Mensagem do presidente	6	Não
G4-2 Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	6 e 9	Não
PERFIL ORGANIZACIONAL		
G4-3 Nome da organização	9	Não
G4-4 Principais marcas, produtos e/ou serviços	9	Não
G4-5 Localização da sede da organização	9 e 83	Não
G4-6 Países onde estão as principais unidades de operação ou as mais relevantes para os aspectos da sustentabilidade do relatório	9	Não
G4-7 Tipo e natureza jurídica da propriedade	10	Não
G4-8 Mercados em que a organização atua	9	Não
G4-9 Porte da organização	9 e 42	Não
G4-10 Perfil dos empregados	19 e 21	Não
G4-11 Percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	Todos os colaboradores do inpEV são abrangidos por acordos coletivos de trabalho negociados com sindicatos locais e seguem contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).	Não
G4-12 Descrição da cadeia de fornecedores da organização	Pela natureza da atuação do inpEV como gerenciador do Sistema Campo Limpo, o principal insumo utilizado são as próprias embalagens vazias de defensivos agrícolas, que são devolvidas nas 411 unidades do SCL.	Não
G4-13 Mudanças significativas em relação a porte, estrutura, participação acionária e cadeia de fornecedores	Mudanças de porte ou estrutura, quando há, estão indicadas em notas junto com os indicadores.	Não
G4-14 Descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	O inpEV não adota diretamente o princípio da precaução, mas possui gestão de riscos no recebimento e na destinação das embalagens, contribuindo com a redução dos impactos ambientais.	Não

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS	PÁGINA/RESPOSTA	VERIFICAÇÃO EXTERNA
G4-15 Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente	48	Não
G4-16 Participação em associações e organizações	9	Não
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES		
G4-17 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e entidades não cobertas pelo relatório	4	Não
G4-18 Processo de definição do conteúdo do relatório	4	Não
G4-19 Lista dos temas materiais	4	Não
G4-20 Limite, dentro da organização, de cada aspecto material	4	Não
G4-21 Limite, fora da organização, de cada aspecto material	4	Não
G4-22 Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Reformulações, quando há, estão indicadas em notas junto com os indicadores.	Não
G4-23 Alterações significativas de escopo e limites de aspectos materiais em relação a relatórios anteriores	Alterações significativas, quando há, estão indicadas em notas junto com os indicadores.	Não
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS		
G4-24 Lista de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização	4	Não
G4-25 Base usada para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para engajamento	Os processos de identificação e seleção consideram o grau de influência do inpEV sobre os públicos e o impacto destes sobre o instituto.	Não
G4-26 Abordagem para envolver os <i>stakeholders</i>	4	Não
G4-27 Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento, por grupo de <i>stakeholders</i>	4	Não
PERFIL DO RELATÓRIO		
G4-28 Período coberto pelo relatório	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016	Não
G4-29 Data do relatório anterior mais recente	2015	Não
G4-30 Ciclo de emissão de relatórios	Anual	Não
G4-31 Contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	Canal Fale Conosco, no site inpev.org.br	Não
G4-32 Opção da aplicação das diretrizes e localização da tabela GRI	Essencial	Não

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS	PÁGINA/RESPOSTA	VERIFICAÇÃO EXTERNA
GOVERNANÇA		
G4-33 Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	Este relatório não foi submetido à verificação externas (auditoria).	Não
G4-34 Estrutura de governança da organização	16	Não
ÉTICA E INTEGRIDADE		
G4-56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização.	18	Não

ASPECTO	DESCRIÇÃO	PÁGINA/RESPOSTA	VERIFICAÇÃO EXTERNA
DESEMPENHO ECONÔMICO	G4-DMA Forma de gestão	41 e 42	
	G4-EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	42	Não
	G4-EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo	O inpEV não recebe ajuda financeira de governos nem repasses de agências de crédito.	Não
IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS	G4-DMA Forma de gestão	9 e 39	
	G4-EC8 Descrição de impactos econômicos indiretos significativos	9 e 39	Não
ENERGIA	G4-DMA Forma de gestão	47	
	G4-EN3 Consumo de energia dentro da organização	47 e 49	Não
ÁGUA	G4-DMA Forma de gestão	47	
	G4-EN8 Total de água retirada por fonte	47 e 49	Não
EMISSÕES	G4-DMA Forma de gestão	47 e 48	
	G4-EN19 Redução de emissões de gases de efeito estufa	48	Não
EFLUENTES E RESÍDUOS	G4-DMA Forma de gestão	34	
	G4-EN23 Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	34	Não
	G4-EN25 Peso de resíduos transportados considerados perigosos	35	Não

ASPECTO	DESCRIÇÃO	PÁGINA/RESPOSTA	VERIFICAÇÃO EXTERNA
PRODUTOS E SERVIÇOS	G4-DMA Forma de gestão	32, 47 e 48	
	G4-EN27 Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços	47 e 48	Não
	G4-EN28 Percentual de produtos e embalagens recuperados, por categoria de produtos	32	Não
CONFORMIDADE	G4-DMA Forma de gestão	47	
	G4-EN29 Valor de multas e número total de sanções resultantes de não conformidade com leis e regulamentos ambientais	47	Não
TRANSPORTES	G4-DMA Forma de gestão	35	
	G4-EN30 Impactos ambientais significativos referentes a transporte de produtos e de trabalhadores	35	Não
GERAL	G4-DMA Forma de gestão	47	
	G4-EN31 Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo	47 e 48	Não
MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELATIVAS A IMPACTOS AMBIENTAIS	G4-DMA Forma de gestão	47	
	G4-EN34 Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais	Não foi registrada nenhuma queixa em 2016.	Não
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	G4-DMA Forma de gestão	22	
	G4-LA6 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	22	Não
TREINAMENTO E EDUCAÇÃO	G4-DMA Forma de gestão	22 e 23	
	G4-LA9 Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	23	Não

ASPECTO	DESCRIÇÃO	PÁGINA/RESPOSTA	VERIFICAÇÃO EXTERNA
COMUNIDADES LOCAIS	G4-DMA Forma de gestão	37	
	G4-S01 Percentual de operações com programas de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	37	Não
CONFORMIDADE	G4-DMA Forma de gestão	19	
	G4-S08 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias.	O Instituto foi sancionado em dois litígios trabalhistas de valor aproximado de R\$ 187 mil. Não existem outras sanções ou multas	Não
MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS NA SOCIEDADE	G4-DMA Forma de gestão	36	
	G4-S011 Número de queixas relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	No período coberto não foram registradas queixas no canal Fale Conosco, que acolhe as denúncias.	Não
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE	G4-DMA Forma de gestão	35	
	G4-PR1 Percentual de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias.	35	Não
CONFORMIDADE	G4-DMA Forma de gestão	35	
	G4-PR9 Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Não há desconformidade na administração da logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos	Não

Informações corporativas

Como se associar ao inpEV

Podem se associar ao inpEV as indústrias fabricantes, registrantes ou importadoras de produtos agrotóxicos e afins devidamente registrados pela lei 7802/89, desde que, no ato de afiliação, (a) fabriquem (direta ou indiretamente via contrato de "tolling"), formulem ou importem pelo menos um produto agrotóxico já comercializado no mercado brasileiro; e (b) sejam os titulares dos direitos de fabricação, formulação ou importação relativos ao registro do referido produto perante o órgão competente

A empresa deve entrar em contato com o inpEV via e-mail ou telefone para receber as informações necessárias para realizar uma reunião presencial. Nessa reunião serão explicados o sistema de logística reversa, os procedimentos de afiliação ao inpEV, seus processos internos e custos.

A proposta de associação é apresentada ao Conselho Diretor mensalmente para aprovação final.

EMPRESAS ASSOCIADAS

Adama Brasil S/A

ADM do Brasil Ltda.

AGECOM Produtos de Petróleo Ltda.

AGRO IMPORT DO BRASIL LTDA

AGROCETE INDUSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA

AGROVANT Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.

ALAMOS DO BRASIL LTDA

ALLIERBRASIL Agronomia Ltda.

ALTA - América Latina Tecnologia Agrícola Ltda

AMERIBRÁS Indústria e Comércio Ltda.

AMVAC do Brasil Representações Ltda.

ANASAC BRASIL Comércio e Locação de Máquinas Ltda.

ARYSTA LIFESCIENCE do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda.

ATANOR Do Brasil Ltda.

ATAR DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.

ATTA-KILL Ind. E Com. de Def. Agric. Ltda.

AVGUST CROP PROTECTION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Ballagro Agro Tecnologia Ltda

BASF S/A.

BAYER S/A

Bequisa Indústria Química do Brasil Ltda

BIO CONTROLE Métodos de Controle de Pragas Ltda.

BIO SOJA Indústrias Químicas e Biológicas Ltda.

BIOCONTROL Sistema de Controle Biológico Ltda

BIOTECH Controle Biológico Ltda.

BIOVALENS Ltda

BRA Defensivos Agrícolas Ltda.

CCAB Agro S/A

CHEMINOVA Brasil Ltda.

CHEMOTÉCNICA do Brasil Ltda.

CHEMTRA COMERCIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CONSAGRO Agroquímica Ltda.

COPALLIANCE - Cooperativa de Consumo de Produtos Agropecuários, Importação, Exportação e Comércio Ltda

CROPCHEM Ltda.

CROSS LINK Consultoria e Comércio Ltda.

DE SANGOSSE LA LTDA.

Degesch do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

DINAGRO Agropecuária Ltda.

DOW AGROSCIENCES Industrial Ltda.

DU PONT do Brasil S/A

EVONIK Degussa Brasil Ltda.

FÊNIX Agro Pecu Industrial Ltda.

FMC Química do Brasil Ltda.

GENBRA Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda

HELM do Brasil Mercantil Ltda.

IHARABRÁS S/A Indústrias Químicas

INDÚSTRIA QUÍMICA DIPIL LTDA

INQUIMA LTDA

IRRIGAÇÕES Dias Cruz Ltda. (KEEP DRY)

ISAGRO BRASIL Comércio de Produtos Agroquímicos Ltda.

ISCA Tecnologias Ltda.

KOPPERT DO BRASIL HOLDING LTDA

KOPPERT DO BRASIL SISTEMAS BIOLÓGICOS LTDA

Laboratório de Biocontrole Farroupilha Ltda

LANXESS Ind. Prod. Químicos e Plásticos Ltda.

LUXEMBOURG BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

Macdermid Agricultural Solutions Comércio de Produtos Agrícolas Ltda

MACROSEEDS Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Ltda

MICROQUÍMICA Indústrias Químicas Ltda.

MICROSAL Indústria e Comércio Ltda.

MITSUI & CO (Brasil) S/A

Momentive Performance Materials Indústria de Silicones Ltda.

MONSANTO do Brasil Ltda.

MORSOLETTO Santos e Vicente Cano Ltda

NORTOX S/A

NOVOZYMES BIOAG PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA

NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A

OURO FINO QUÍMICA LTDA

OXIQUÍMICA Agrociência Ltda.

OXON BRASIL DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA

PACKBLEND Indústria e Comercio de Lubrificantes Ltda

PETROBRÁS Distribuidora S/A.

PILARQUIM BR Comercial Ltda.

PLATO do Brasil Comércio Ltda.

POLAND Química Ltda.

PRENTISS Química Ltda.

PROPHYTO Comércio e Serviços Ltda.

PRTrade Tecnologia e Indústria Química e Farmacêutica Ltda.

RAINBOW Defensivos Agrícolas Ltda

RIZOFLORE Biotecnologia S/A

ROHM AND HAAS QUÍMICA LTDA

ROTAM DO BRASIL Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.

SABERO Organics América S/A

SAMARITÁ Indústria e Comércio Ltda.

SAPEC AGRO BRASIL LTDA

SHARDA DO BRASIL Comércio de Produtos Químicos e Agroquímicos Ltda

SIMBIOSE Indústria e Comércio de Fertilizantes e Insumos Microbiológicos Ltda.

SINON do Brasil Ltda.

SIPCAM NICHINO BRASIL S.A

Stockton - Agrimor do Brasil

STOLLER do Brasil Ltda.

SUMITOMO Chemical do Brasil Representações Ltda.

SYNGENTA Proteção de Cultivos S/A

TAGROS Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda

TAMINCO do Brasil Produtos Químicos Ltda.

Tecnicontrol Indústria e Comércio de Produtos Biológicos Ltda.

TERRA NOSSA Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Fertilizantes Ltda

UNIBRÁS Agroquímica Ltda

UNION Agro Ltda.

UNITED PHOSPHORUS DO BRASIL LTDA.

UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S/A

VectorControl Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda

W. NEUDORFF Serviços de Agricultura do Brasil Ltda.

Entidades Associadas

Abag – Associação Brasileira do Agronegócio

Aenda – Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos

ANDAV – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários

Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal

APPS – Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudanças

Aprosoja – Associação Brasileira dos Produtores de Soja

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

SINDIVEG – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores
Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas

normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Sustentabilidade 2016.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Sustentabilidade 2016 e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Sustentabilidade 2016 e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Sustentabilidade 2016, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVO	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	34.012	38.912	Fornecedores	1.133	1.227
Contas a receber (Nota 7)	5.814	5.067	Contas a pagar às centrais e postos (Nota 12)	6.591	4.030
Adiantamentos concedidos (Nota 8)	8.924	6.321	Excedente de centrais (Nota 13)	2.292	1.923
Despesas do exercício seguinte	86	177	Salários e encargos sociais	2.481	2.414
	48.836	50.477	Tributos a pagar	331	294
			Provisão para contingências (Nota 14)	53	55
			Adiantamentos de associadas (Nota 15)	4.402	13.943
Não circulante				17.283	23.886
Realizável a longo prazo			Não circulante		
Caução aluguel (Nota 9)	137	61	Provisão para contingências (Nota 14)	158	529
Imobilizado (Nota 10)	46.646	50.707	Total do passivo	17.441	24.415
Intangível (Nota 11)	407	315	Patrimônio líquido (Nota 16)		
	47.190	51.083	Patrimônio social	78.585	77.145
Total do ativo	96.026	101.560	Total do passivo e patrimônio líquido	96.026	101.560

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2016	2015
Receita líquida das atividades (Nota 17)	115.976	115.602
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 22)	(118.521)	(117.015)
Outras (perdas) ganhos, líquidos	(36)	95
Provisão para créditos de realização duvidosa, líquido das reversões (Nota 7 e Nota 22)	98	88
	(118.459)	(116.832)
Déficit operacional	(2.483)	(1.230)
Despesas financeiras (Nota 23)	(1.019)	(405)
Receitas financeiras (Nota 23)	4.090	3.212
Receitas financeiras líquidas	3.071	2.807
Superávit do exercício	588	1.577

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Patrimônio social	Reserva de novos associados	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2015	75.568			75.568
Superávit do exercício			1.577	1.577
Destinação do superávit do exercício	1.577		(1.577)	
Em 31 de dezembro de 2015	77.145			77.145
Superávit do exercício			588	588
Afiliações de novos associados (Nota 16)		852		852
Destinação do superávit do exercício	588		(588)	
Em 31 de dezembro de 2016	77.733	852		78.585

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	588	1.577
Ajustes		
Depreciação e amortização	6.943	6.737
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	163	709
Provisão para contingências líquidas	1.822	1.894
Reversão da provisão para créditos de realização duvidosa	(98)	(88)
	9.418	10.829
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(650)	(690)
Adiantamentos concedidos	(2.603)	37
Despesas do exercício seguinte	90	9
Depósitos judiciais	(2.196)	(1.811)
Caução aluguel	(76)	-
Fornecedores	(94)	916
Contas a pagar às centrais e postos	2.563	1.038
Excedente de centrais	369	(147)
Salários e encargos sociais	66	(194)
Tributos a pagar	37	45
Adiantamento de associadas	(9.541)	2.815
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	(2.617)	12.847
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(3.135)	(3.047)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.135)	(3.047)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Contribuições de novas afiliações	852	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	852	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.900)	9.800
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.912	29.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.012	38.912

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias ("inpEV" ou "Instituto"), com sede em São Paulo, foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o Instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o Instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei nº 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda (como é o caso do Instituto) e da contribuição social. Por essa Lei, o Instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Em dezembro 2016, o Instituto apresentava 103 empresas associadas, todas fabricantes de agroquímicos (2015 - 99 empresas associadas).

1.1 Descrição do modelo de negócio

O Instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as unidades de recebimento de embalagens vazias, que tem por objetivo otimizar o recebimento das mencionadas embalagens do meio rural, para que o Instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas nas unidades de recebimento de embalagens vazias - UREs (postos ou centrais gerenciados por associação de revendas), o Instituto é responsável por sua destinação final que pode ser efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração, dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o Instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem dos materiais provenientes das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem recicladas.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelas Centrais sob a responsabilidade do Instituto através de uma operação de simples remessa realizada pela central de recebimento para a empresa recicladora.

(a) Taxa de credenciamento de recicladores

O Instituto recebe das empresas recicladoras, uma taxa denominada taxa de credenciamento, correspondente a (i) transferência de conhecimento, às recicladoras, relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica na elaboração de novos artefatos, bem como, (ii) treinamentos dados aos funcionários das recicladoras quanto a gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

(b) Ingressos para custeio de UREs

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuam, adicionalmente, um pagamento ao Instituto, a título de ingressos para custeio de UREs. Os ingressos para custeio de UREs são utilizados como forma de ressarcir os custos incorridos pelas centrais e postos com o processo de recebimento de embalagens vazias e preparação para envio ao seu destino final.

Este recurso, recebido das recicladoras pelo Instituto é transferido às associações de revendas, responsáveis pela gestão das UREs, a título de reembolso pelas despesas e custos incorridos no processo de preparação das embalagens vazias para serem enviadas ao destino final, mediante um processo criterioso de prestação periódica de contas.

A administração do Instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009, estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias pelas associações de revenda às recicladoras por valor simbólico e mediante emissão de nota fiscal de simples remessa.

As taxas de credenciamento e de ingresso para custeio das UREs são apuradas com base no quilo do produto entregue às recicladoras e representam, respectivamente, de 30% a 40% e de 60% a 70% do volume de produtos processados.

(c) Destinação dos recursos

Enquanto que os ingressos para custeio das UREs são periodicamente transferidos para as associações de revendas para a manutenção das operações das UREs, os recursos obtidos na forma de taxa de credenciamento dos recicladores foram utilizados para a expansão do conjunto de ativos de propriedade do Instituto e arrendada para a companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limp0") e cujos acionistas são os associados do inPEV (Nota 10), na cidade de Taubaté - estado de São Paulo. A partir de 2013, quando foram finalizados os investimentos em Taubaté, a taxa de credenciamento passou a ser destinada integralmente à redução da contribuição das associadas.

(d) Excedente de centrais

O resultado financeiro decorrente da operação de remessa de embalagens vazias realizada pelas centrais de recebimento, para os recicladores, excluído os custos compartilhados entre o Instituto e as associações de revendas são, em geral, deficitários. Entretanto, devido à otimização dos processos operacionais e maior movimentação de embalagens vazias, pode resultar em um resultado financeiro superavitário em um determinado mês ou, após compensação dos déficits, resultar em um saldo final superavitário, o qual é tratado contabilmente pelo Instituto como "excedente de centrais". Como os recursos financeiros estão sob a gestão do Instituto, os saldos de excedente de centrais são controlados em conta corrente específica e discriminados individualmente por central.

Conforme preveem os convênios com as associações de revendas e o Instituto, a central que possuir saldo excedente terá, mediante comum acordo com o Instituto, direito a utilização do mesmo desde que respeitada a seguinte ordem:

- 1º. Melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) na própria Unidade de Recebimento;
- 2º. Construção de postos e melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) nos postos gerenciados pela associação de revendedores;
- 3º. Melhorias nas Unidades de Recebimento (Centrais) que fazem parte do sistema de destinação de embalagens na mesma unidade da federação;
- 4º. Melhorias nos Postos de Recebimento de Embalagens Vazias da mesma Unidade da Federação;

5º. Melhorias nas Unidades de Recebimento e Postos da Federação respeitando a sequência anterior.

(e) Avaliação das incidências tributárias nas operações do Instituto

Concomitante com a análise do novo modelo de negócios e, com o objetivo de afastar, ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações realizadas, a administração do Instituto solicitou aos seus advogados um estudo detalhado de tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do novo modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

1.2 Unidade de negócio gestão

A administração das atividades do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

- (a) Processo básico - destina-se à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; ao transporte das embalagens vazias dos postos para as centrais e destas para o destino final (recicladora ou incineradora); e pelos custos de destinação final das embalagens para incineração (Nota 22).
- (b) Processo de suporte - destina-se a comunicação e divulgação das operações do Instituto, a educação, treinamento e conscientização das partes envolvidas e interessadas, ao apoio jurídico e projetos que visem a auto sustentabilidade do sistema (Nota 22).
- (c) Processo administrativo - destina-se à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal.

1.3 Unidade de negócio recicladora

Com o objetivo de atingir a auto sustentabilidade do modelo de negócios do Instituto, foi construída uma unidade recicladora para absorver parte das embalagens recebidas nas centrais de recebimento de embalagens e destinadas à fabricação de novas embalagens plásticas e em 2008 o conjunto de ativos foi arrendado a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. - "Campo Limpo S.A.". O investimento do Instituto na construção e montagem e expansão da unidade fabril, atualmente, é de R\$ 62.510 (2015 - R\$ 61.555) (Nota 10).

1.4 Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

O Instituto tem como um dos seus objetivos a auto sustentabilidade econômica do programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos por meio de verticalização do processo de recebimento e destinação dessas embalagens. Para atingir este objetivo, foi estabelecido um plano de investimento estruturado inicialmente em 4 fases: 1ª fase - reciclagem de plásticos rígidos; 2ª fase - transformação de plásticos rígidos em embalagens, 3ª fase - reciclagem de plásticos flexíveis; e 4ª fase - transformação plásticos flexíveis.

Em 2006, os associados do Instituto aprovaram a implantação das fases 1 e 2, o qual resultou na construção e estruturação da companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."), cujo objetivo é a reciclagem de embalagens vazias e fabricação de embalagens nos padrões exigidos pelos seus associados, os quais são fabricantes de produtos fitossanitários.

Em 18 de abril de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, a decisão de abandonar as fases 3 e 4, e ampliar as fases 1 e 2 direcionando investimentos para a compra de equipamentos de sopro (fabricação de embalagens).

A ampliação das fases 1 e 2 implicou na aquisição de 4 equipamentos de sopro representando investimentos na ordem de R\$ 20.000 (não auditado), todos estes instalados até dezembro de 2013 encerrando, portanto, os investimentos do projeto.

De forma a viabilizar a operação da Campo Limpo S.A. foi firmado, com o inpEV, um contrato de arrendamento mercantil dos ativos descritos na Nota 10, com remuneração ao instituto na ordem de 10% do faturamento líquido da Campo Limpo S.A. (Nota 21).

Com o objetivo de reduzir o custo total do sistema, em assembleia geral dos associados do inpEV ocorrida em 19 de setembro de 2016, foi aprovado a realização de investimentos para a extensão das atividades da companhia da ordem de R\$ 41.200 para o período de 2017 a 2019, com o objetivo de buscar a redução do custo total do sistema, através da geração de receitas pelo arrendamento do imobilizado e ampliação dos resultados da Campo Limpo S.A.

1.5 Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda.

Com o propósito de fechar o ciclo de vida da embalagem dentro da própria cadeia, em 24 de janeiro de 2014 foi

constituída a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. ("Campo Limpo Tampas"), com 99,99% de quotas detidas pela Campo Limpo S.A., que tem por objetivo produzir um sistema de vedação de alta performance, as chamadas Ecocaps. Desta forma, será fornecido ao cliente uma solução completa contemplando embalagens (produzidas pela Campo Limpo S.A.) e tampas (produzidas pela Campo Limpo Tampas).

Para a consecução das operações da Campo Limpo Tampas, o Instituto firmou contrato de arrendamento de um espaço existente na Campo Limpo S.A. cuja remuneração equivale a 0,5% do faturamento mensal.

Em 2016, o Instituto obteve receita de arrendamento decorrente das operações da Campo Limpo Tampas no valor de R\$ 136 (2015 - R\$ 82) o qual está registrado na rubrica de "Arrendamento mercantil operacional" na demonstração do resultado.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - «Entidades sem Finalidade de Lucros» e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Conselho Diretor em 20 de fevereiro de 2017.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Caução aluguel” e “Depósitos judiciais”.

2.3.2 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Instituto avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outras:

- dificuldade financeira significativa de recebimento da associada;
- inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde

à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.4 Contas a receber

As contas a receber, representadas pelos valores devidos por associadas e decorrentes da contraprestação dos serviços prestados pelo Instituto na consecução de suas atividades, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de realização duvidosa.

Uma provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Instituto não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

2.5 Adiantamento concedidos

Os adiantamentos concedidos, representados por recursos antecipados às centrais e postos para suportar as necessidades de caixa de curto prazo, são avaliados pelo custo.

2.6 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura e só podem ser movimentados mediante ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as normas legais, e estão apresentados no balanço patrimonial líquido da provisão para contingências (Nota 14).

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	Ano
Edificações	50 - 60
Equipamentos e instalações	10-15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12 - 16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas, líquidos", na demonstração do resultado.

2.8 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquido de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.9 Intangível

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras

de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de revendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Provisões

O Instituto reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Benefícios a empregados - bônus

O Instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de bônus com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento do bônus é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Instituto.

2.14 Reconhecimento de receita e correspondentes despesas

A receita compreende o valor presente das contribuições das associadas, receitas dos recicladores (taxa de credenciamento e ingresso para custeio de URES), receita de arrendamento mercantil operacional e contribuições extraordinárias dos associados recebidas daqueles associados que também são acionistas na Campo Limpo S.A.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos são reconhecidos como receita do

exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

(a) Contribuições das associadas

Considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos são contabilizadas na rubrica "Adiantamento de associadas", no passivo circulante.

(b) Taxa de credenciamento de reciclador

O montante da taxa de credenciamento do reciclador é calculado com base no volume de embalagens recebidas e destinadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 30% a 40% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e é utilizada na composição da redução da contribuição anual dos associados do inpEV.

(c) Ingressos para custeio de URES

Os ingressos para custeio de URES, correspondentes a 60% a 70% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e aplicados na unidade de negócio gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias, são reconhecidos no momento da entrega efetiva aos recicladores e aplicados no momento que as URES (centrais e postos) apresentam os gastos ocorridos com a operação de preparação das embalagens para envio ao destino final.

(d) Arrendamento mercantil operacional

As receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios com base em um percentual da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A. e Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda.

(e) Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados/acionistas da Campo Limpo S.A.)

São recursos repassados pelos associados do Instituto, os quais são também acionistas da Campo Limpo S.A., originados dos dividendos pagos pela Campo Limpo S.A. aos associados-acionistas no encerramento de cada exercício social. Portanto,

o Instituto reconhece como receita os valores aprovados em Assembleia Geral Ordinária da Campo Limpo S.A., prevista para ocorrer em abril do exercício seguinte.

As contribuições extraordinárias são utilizadas para a redução do valor da contribuição anual das associadas-acionistas da Campo Limpo S.A.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:

(a) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e tributação da taxa de credenciamento de reciclador

Até novembro de 2009, as associações de vendas vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O Instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a título de taxa de credenciamento de reciclador, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos fiscais que porventura pudessem existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das embalagens é detida pelos fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do Instituto, apoiada por estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1º de dezembro de 2009, o procedimento de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que

anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às associações de revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor dos ingressos para custeio das UREs e passou a ser cobrado diretamente pelo Instituto. Em contrapartida, parcela dos ingressos para custeio das UREs recebidos pelo Instituto passou a ser utilizado para subsidiar parte dos custos incorridos pelas unidades de recebimento das embalagens vazias, as quais incluem as associações de revendedores.

O Instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

(b) Provisão para contingências tributárias e trabalhistas

Como descrito na Nota 14 às demonstrações financeiras, o Instituto discute nos tribunais a tributação da COFINS sobre taxa de credenciamento e discute verbas rescisórias com ex-funcionários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Instituto está exposto aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de crédito

O Instituto realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de liquidez.

O contas a receber é representado pelos adiantamentos de associadas que ainda não foram recebidos. Para os casos em que a associada encontra-se inadimplente (Nota 7), a administração do Instituto inicia um processo de cobrança amigável de forma a equacionar o recebimento do saldo devedor e, na eventualidade de se configurar em um problema, a administração do Instituto pode instaurar um processo de cobrança judicial.

(b) Risco de liquidez

É um risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros do Instituto representados por “caixa e equivalentes de caixa” (substancialmente aplicações financeiras em fundos de investimento), “contas a receber” de associadas, “caução aluguel” e “depósitos judiciais”, são todos classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros como “fornecedores”, “adiantamento de associadas e recicladores” e “provisão para contingências”, são classificados como outros passivos financeiros.

5.1 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

As disponibilidades e aplicações financeiras da Entidade são transacionados com instituições financeiras com os seguintes *ratings* (*Ficht*):

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa e títulos		
Banco do Brasil S.A. - BB	3.949	3.466
Banco Itaú S.A. - AAA	30.053	35.439
	34.002	38.905

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes é calculada com base em uma avaliação de risco de um cliente vir a não honrar com o pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação destes créditos mediante cobrança amigável.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	10	7
Bancos conta-movimento	310	11.399
Fundos de investimento (*)	33.692	27.506
	34.012	38.912

(*) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros, depositados no Banco Itaú S.A. e Banco do Brasil S.A., são remunerados com base na variação de 102,18% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (2015 - 100%).

7 Contas a receber

	2016	2015
Contribuições de associadas - Agroquímicos	3.837	3.901
Recicladores		
Credenciamento de recicladores	946	1.073
Ingresso para custeio de UREs	3.387	3.218
Provisão para créditos de realização duvidosa	(3.873)	(3.971)
Arrendamento operacional - Campo Limpo S.A.	548	608
Dividendos acionistas - Campo Limpo S.A.	955	
Outras contas a receber	14	238
	5.814	5.067

As movimentações na provisão para créditos de realização duvidosa de contas a receber de clientes do Instituto são as seguintes:

	2016	2015
Em 1º de janeiro	(3.971)	(4.059)
Adições (i)	(135)	(296)
Baixas por recebimento	233	384
Em 31 de dezembro	(3.873)	(3.971)

A provisão para créditos de realização duvidosa foi constituída com os critérios a seguir descritos:

- Saldo em aberto de associadas com títulos vencidos há mais de 90 dias.
- Parcelamento de débitos (renegociações) vencidos.

(i) O Instituto, após cobranças amigáveis e, por meio de seus advogados, decidiu impetrar processo judicial contra a associada inadimplente Fersol Indústria e Comércio Ltda. cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2016 correspondia ao valor de R\$ 3.667 (2015 - R\$3.667).

Os valores a receber apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2016	2015
A vencer	2.940	5.067
Vencidos		
Até 60 dias	2.860	-
De 61 a 90 dias	14	-
De 91 a 180 dias	63	16
De 180 a 360 dias	70	288
Superiores a 360 dias	3.740	3.667
	9.687	9.038

8 Adiantamentos concedidos

	2016	2015
Adiantamentos para centrais (i)	7.419	5.179
Adiantamentos para postos (i)	939	794
Adiantamentos a funcionários	65	63
Adiantamentos de folha de pagamento	136	39
Outros adiantamentos	365	246
	8.924	6.321

(i) Conforme acordo firmado com as associações de revendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o Instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1), a partir de dezembro de 2009, o Instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de revendas.

Em certas circunstâncias, o Instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são reconhecidos no resultado do exercício por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

Do saldo de R\$ 7.419 em 31 de dezembro de 2016, R\$ 1.622 corresponde a valores antecipados a determinadas centrais, superavitárias, em conformidade com a prestação de contas mensal. Porém, por serem centrais superavitárias, não utilizaram os recursos antecipados na execução de suas atividades e conforme mencionado na Nota 1.1(d), o Instituto apresenta no passivo, sob a rubrica de Excedente de centrais, saldos a pagar para centrais superavitárias e que são utilizados segundo hierarquia de utilização previamente estabelecida.

9 Caução aluguel

O saldo de R\$ 137 (2015 - R\$ 61), está representado pelo valor de R\$ 61 referente ao depósito em caderneta de poupança, acrescido de juros, referente à caução definida no contrato de locação do imóvel situado na Rua Capitão Antônio Rosa, 376, atual sede do Instituto, e R\$76, referente ao depósito caução, definido no contrato de locação do imóvel situado à Avenida Roque Petrônio Junior, 850, local onde será a nova sede do Instituto. Ao final dos contratos, os valores serão resgatados.

10 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras e máquinas andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	431	13.763	39.670	856	340	47	55.107	-	55.107
Aquisição		20	2.602	236	58		2.916		2.916
Baixa			(641)	(66)			(707)		(707)
Depreciação		(743)	(5.465)	(319)	(70)	(12)	(6.609)		(6.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	431	13.040	36.166	707	328	35	50.707		50.707
Custo total	431	17.538	56.545	1.470	784	114	76.882		76.882
Depreciação acumulada		(4.498)	(20.379)	(763)	(456)	(79)	(26.175)		(26.175)
Valor residual	431	13.040	36.166	707	328	35	50.707		50.707
Saldos em 31 de dezembro de 2015	431	13.040	36.166	707	328	35	50.707		50.707
Aquisição		29	2.456	354	61	4	2.904		2.901
Baixa			(27)	(121)	(16)		(164)		(164)
Depreciação		(735)	(5.661)	(329)	(65)	(11)	(6.801)		(6.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	431	12.334	32.934	611	308	28	46.646		46.646
Custo total	431	17.567	58.940	1.573	802	118	79.431		79.431
Depreciação acumulada		(5.233)	(26.006)	(962)	(494)	(90)	(32.785)		(32.785)
Valor residual	431	12.334	32.934	611	308	28	46.646		46.646

Com o objetivo de promover a auto sustentabilidade econômica do sistema Campo Limpo (logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas) beneficiando todos os elos da cadeia, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo inpEV e estão registrados como imobilizado do Instituto. O total desses ativos soma em 2016 o valor de R\$ 62.510 (2015 - R\$ 61.555).

Em 1º de maio de 2008, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobressalentes pertencentes ao imóvel com a companhia Campo Limpo S.A. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação automática por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A. estão demonstrados como segue:

DESCRIÇÃO	2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	16.831	(4.666)	12.165
Equipamentos e instalações	44.763	(19.323)	25.440
Veículos	401	(284)	117
Móveis e utensílios	492	(319)	173
Outros	23	(23)	
	62.510	(24.615)	37.895

DESCRIÇÃO	2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	16.831	(4.002)	12.829
Equipamentos e instalações	43.808	(14.926)	28.882
Veículos	401	(231)	170
Móveis e utensílios	492	(273)	219
Outros	23	(23)	
	61.555	(19.455)	42.100

11 Intangível

Softwares adquiridos	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	314
Aquisição	131
Baixa	(2)
Amortização	(128)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	315
Custo total	1.537
Amortização acumulada	(1.222)
Valor residual	315
Saldos em 31 de dezembro de 2015	315
Aquisição	235
Baixa	(1)
Amortização	(142)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	407
Custo total	1.756
Amortização acumulada	(1.349)
Valor residual	407

Os ativos intangíveis relacionados à Campo Limpo S.A. em 31 de dezembro de 2016 estão demonstrados como segue:

DESCRIÇÃO	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
<i>Hardware e software</i>	549	(328)	221

12 Contas a pagar às centrais e postos

Referem-se aos valores a pagar para as UREs (centrais e postos) em decorrência do compartilhamento dos custos de manutenção operacional firmado entre o Instituto e os gestores dessas unidades (associação de revendas), e cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 6.591 (2015 - R\$ 4.030).

13 Excedente de centrais

Conforme descrito na Nota 1.1 (d), o saldo de excedentes de determinadas centrais, no valor de R\$ 2.292 (2015 - R\$ 1.923), é segregado em conta bancária específica, controlado por central, e somente poderá ser utilizado após aprovação prévia do Instituto e desde que respeitada a hierarquia de prioridades prevista no convênio entre as partes.

14 Contingências

As discussões judiciais e seus correspondentes depósitos judiciais estão apresentados conforme seguem:

	Depósitos judiciais		Contingência	
	2016	2015	2016	2015
Tributária - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	12.980	10.971	13.034	11.026
Trabalhistas (ii)	187		344	529
	13.167	10.971	13.378	11.555
Depósitos judiciais relacionados com discussões judiciais	(13.167)	(10.971)	(13.167)	(10.971)
Valor líquido das discussões judiciais			211	584
Menos passivo circulante			(53)	(55)
No passivo não circulante			158	529

Movimentação das discussões judiciais no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	9.216	445	9.661
Complemento/adições (iv)	854	207	1.061
Reversão/baixa (iii)		(68)	(68)
Atualização monetária	901		901
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.971	584	11.555
Complemento/adições (iv)	929	20	949
Reversão/baixa (iii)		(260)	(260)
Atualização monetária	1.134		1.134
Saldos em 31 de dezembro de 2016	13.034	344	13.378

- (i) Desde 2004, o Instituto tem gerado receitas de taxa de credenciamento conforme acordos firmados com as recicladoras. O Instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o Instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa de credenciamento) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o Instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente, tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita Federal foi negativa, confirmando a tributação sobre tal receita. O Instituto, apoiado por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa de credenciamento. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo Instituto relativamente ao mandado de segurança.

Em outubro de 2013 foi proferida sentença que não concedeu o pedido do inpEV e determinou o pagamento da COFINS. Em novembro de 2013 o Instituto apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal, para o qual ainda não há previsão de julgamento.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o Instituto efetuou depósito judicial da totalidade do valor provisionado acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2016, que totalizou R\$ 13.034 (2015 - R\$ 10.971). O correspondente depósito judicial está sendo apresentado pelo valor líquido no passivo.

Além dos aspectos da COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados externos do Instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico

relativo ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

Em 2014, a Fazenda Nacional apresentou suas Contra-Razões em face do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto e os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto.

- (ii) Em 2016, foi elaborado um complemento da provisão trabalhista no montante de R\$ 20, para o processo movido por ex-funcionário cuja expectativa de perda atribuída pelos advogados como sendo provável perda.
- (iii) Em 2016, ocorreu baixa parcial da provisão trabalhista referente ao funcionário da associação AEAGRO, na qual o instituto colabora com 70% das despesas da associação e dois funcionários do Instituto, no montante de R\$ 260.
- (iv) O valor de R\$ 929 (2015 - R\$ 854), refere-se ao complemento de valor da discussão judicial de tributação da COFINS sobre a taxa de credenciamento.

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Durante o exercício de 2016, houve a ocorrência de alguns processos trabalhistas movidos por ex-funcionários das UREs e, o Instituto, como corresponsável nesses processos, realiza, rotineiramente um acompanhamento dos mesmos junto a sua área jurídica.

O objetivo deste acompanhamento é orientar as associações de revendas, legítimos empregadores, quanto à melhor condução dos processos cujo valor em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 1.567 (2015 - R\$ 1.985).

Na hipótese de desfecho final desfavorável, o Instituto arcará com o custo proporcional a sua contribuição nas despesas mensais dessas UREs.

Corresponsabilidade de cumprimento de obrigações trabalhistas

Em 2015, o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Mato Grosso moveu ação civil pública contra o Instituto, no valor aproximado de R\$ 58.000, questionando a responsabilidade trabalhista na gestão da Unidade de Recebimento de Sapezal, que é administrada exclusivamente pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sapezal (AEASA), tendo sido o Instituto e as demais rés (indústrias), incluídos como co-corresponsáveis no cumprimento das obrigações trabalhistas.

De acordo com seus consultores jurídicos, a imputação de co-responsabilidade trabalhista ao Instituto não prospera uma vez que não há qualquer tipo de responsabilidade trabalhista que pudesse ser imputada ao Instituto e demais rês, em função do compartilhamento de obrigações ambientais no fluxo de uma cadeia de logística reversa.

A administração do Instituto, apoiado na avaliação de seus consultores jurídicos, avaliou o risco de perda neste processo foi possível, razão pela qual, não consignou qualquer valor nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

15 Adiantamentos de associadas

Considerando que as contribuições das empresas associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e destinação final, dentre outros, das embalagens vazias, as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos

e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de adiantamento de associadas.

A movimentação dos adiantamentos de associadas é conforme segue:

	1º de janeiro de 2016	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2016
Contribuições dos associados (i)	13.941	51.335	(60.877)	4.400
Crop Life Associados saneantes	2			2
	13.943	51.335	(60.877)	4.402

	1º de janeiro de 2015	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2015
Contribuições dos associados (i)	10.933	63.775	(60.767)	13.941
Associados de sementes	194		(194)	-
Crop Life Associados saneantes	1	47	(46)	2
	11.128	63.734	(60.919)	13.943

(i) O orçamento do Instituto de cada exercício considera investimentos necessários com expansão, manutenção e melhorias nas centrais e postos. O saldo remanescente ao final de cada exercício corresponde à parcela de investimentos aprovados em determinado exercício, porém, não incorridas até aquele encerramento.

As adições de contribuição dos associados no montante de R\$ 51.335 (2015 - R\$ 63.775) correspondem substancialmente às contribuições estimadas dos associados no valor de R\$ 86.888, (2015 - R\$ 82.679), deduzidos do plano de redução das contribuições no valor de R\$ 22.800 (2015 - R\$ 22.000) e o abatimento da 6ª parcela do aporte dos associados R\$ 12.753. Este valor é considerado como sendo o necessário para cumprir com as atividades do Instituto durante o exercício de 2016.

As baixas de 2016, representando o reconhecimento de receita das contribuições das associadas no valor de R\$ 60.877 (2015 - R\$ 60.767), corresponde ao

total de despesas incorridas no exercício de 2016, no valor de R\$ 118.424 (2015 - R\$ 116.927) (Nota 22), subtraído das receitas geradas pelo sistema.

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 4.400 (2015 - R\$ 13.941), decorre do empenho à consecução das atividades dos próximos exercícios e compromissos firmados com terceiros, aprovados no orçamento de 2016, que serão incorridos no exercício de 2017 (Nota 24).

16 Patrimônio social

Conforme artigo do estatuto social do Instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

(a) Reserva de novos associados

Ao longo do ano de 2013, o conselho diretor do inpEV, em conjunto com a diretoria executiva, discutiu a necessidade de cobrança de uma taxa de afiliação ao Instituto aos novos solicitantes, a título de reembolso por todos os investimentos já realizados pelos atuais associados ao longo da existência do Instituto.

Na 17ª Assembleia Geral de Associados, ocorrida em 14 de abril de 2014, os associados aprovaram os seguintes principais termos para afiliação de novos associados:

- (i) Pagamento único, no valor de vinte salários mínimos, devido a partir da concessão do pedido de afiliação pelo Conselho Diretor;
- (ii) 1,5% (um e meio por cento) do faturamento líquido anual do novo associado computado com base no negócio de defensivos agrícolas, pago por três anos e apurado a cada ano do efetivo pagamento a partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado de forma direta, caso não o faça deste o princípio; e
- (iii) 1,5 (um e meio) vezes o valor do custo/quilo médio de embalagens apurado no orçamento anual do inpEV multiplicado pela quantidade de embalagens colocadas pelo associado no mercado, de forma direta e/ou por meio de terceiros, pago por cinco anos, e cobrados a

partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado (de forma direta e/ou por meio de terceiros), caso não o faça deste o princípio.

Em 2016, os associados entrantes a partir de janeiro de 2014 que iniciaram a comercialização de produtos agroquímicos, passaram a ter a responsabilidade de retirada de suas embalagens vazias do meio ambiente. Dessa forma, iniciaram o processo de pagamento das taxas de afiliação que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, correspondeu ao valor de R\$ 852. Considerando tratar-se de contribuição de afiliação de um novo associado, os valores recebidos estão sendo registrados em contrapartida do patrimônio líquido sob rubrica de Reserva de novos associados.

(b) Plano de redução das contribuições

O projeto original de auto sustentabilidade do Instituto previa, em determinado momento futuro, o início da redução das contribuições das associadas em decorrência das gerações de receitas conforme definido em seu modelo de negócios (Nota 1.1). Conforme 156ª ata de reunião do conselho diretor, datada de 24 de outubro de 2016, no item 3, foi informado a diminuição das contribuições das associadas para o exercício de 2016 no valor de R\$ 22.800 (2015 - R\$ 21.769) e após revisão orçamentária a diretoria definiu que o valor total da redução das contribuições seria acrescido pela não cobrança do 6º aporte, no valor de R\$ 12.753, totalizando no ano a redução de R\$ 35.553.

17 Receita líquida das atividades

	2016	2015
Contribuições das associadas - agroquímicas (Nota 15 (i))	95.463	82.679
Taxa de credenciamento de recicladores (Nota 18)	12.194	12.698
Ingressos para custeio de UREs (Nota 19)	35.215	33.084
Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados-acionistas da Campo Limpo S.A. (Nota 20)	2.268	3.167
Arrendamento mercantil operacional (Nota 21)	6.837	6.297
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	578	532
Outros	22	224
	152.576	138.681
Deduções das receitas		
Desconto na contribuição de associados (Nota 15 (i))	(35.553)	(22.000)
COFINS sobre taxa de credenciamento	(927)	(965)
COFINS sobre o arrendamento	(121)	(83)
ISS e COFINS sobre consultoria	-	(31)
Receita líquida das atividades	115.975	115.602

18 Taxa de credenciamento de recicladores

Em 2004, o Instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos. Esses serviços consistem em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o Instituto registrou uma receita em 2016 no montante de R\$ 12.194 (2015 - R\$ 12.698).

19 Ingressos para custeio de UREs

A partir de 1o de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova forma de receita gerada pelo reciclador, denominada ingressos para custeio de UREs. Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com os ingressos para custeio de UREs são utilizadas para subsidiar os custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias.

Em 2016, as receitas auferidas com ingressos de custeio de UREs totalizaram R\$ 35.215 (2015 - R\$ 33.084).

20 Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados/acionistas da Campo Limpo S.A.)

Conforme prevê o acordo de acionistas da Campo Limpo S.A., os montantes recebidos a título de dividendos recebidos desses acionistas, os quais são substancialmente associadas do Instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, incluindo, atividades de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Sendo uma receita do negócio recicladora, a administração do Instituto reconheceu como contribuição extraordinária a totalidade dos dividendos recebidos da companhia Campo Limpo S.A. do exercício de 2016 no valor de R\$ 2.268 (2015 - R\$ 3.167).

21 Arrendamento mercantil operacional

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. O valor do aluguel de R\$ 6.837 (2015 - R\$ 6.297) corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, sendo o valor mínimo de R\$ 50 mensais.

O contrato de arrendamento mercantil operacional contempla, também, uma cesta de serviços que o Instituto presta a Campo Limpo S.A. relacionados, principalmente, com tecnologia da informação, acompanhamento tributário e comunicação.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2016	2015
Até um ano	8.049	6.327
Mais de um ano até cinco anos	9.902	12.654
	17.951	18.981

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos, contempla recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato, e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de vinte anos. Conforme estabelece a cláusula 2.1.1. do contrato, o período de renovação ocorrerá automaticamente, por igual período e nas mesmas condições, caso não seja denunciado, por qualquer das Partes, por escrito, no prazo de 210 (duzentos e dez dias) dias anteriores ao término previsto para a locação, ou seja, 10 anos.

Conforme descrito na Nota 1.4, em 2016, foi aprovado plano de expansão das atividades da Campo Limpo S.A. no montante aproximado de R\$ 41.200 a ser realizado pelo Instituto, cujo objetivo será o incremento da receita de arrendamento recebido pelo Instituto.

22 Despesas gerais e administrativas

A administração das despesas administrativas e gerais do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2016	2015
Despesas com infraestrutura	(28.952)	(27.239)
Processo de suporte	(6.727)	(6.015)
Processo básico	(82.744)	(83.673)
	(118.424)	(116.927)

Nas datas das demonstrações financeiras, o Instituto apresentava os seguintes saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

	2016	2015
Despesas com infraestrutura		
Ocupação	(564)	(483)
Gastos com pessoal acrescido dos encargos sociais	(15.825)	(14.221)
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	(578)	(532)
Gastos gerais (i)	(8.722)	(8.350)
Serviços de terceiros (ii)	(1.117)	(1.538)
Tecnologia da informação	(1.584)	(1.467)
Institucional	(562)	(648)
	(28.952)	(27.239)
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	(1.027)	(1.257)
Comunicação, educação e campanhas (iv)	(4.658)	(4.238)
Desenvolvimento tecnológico	(284)	(278)
Projetos (v)	(758)	(242)
	(6.727)	(6.015)
Processo básico		
Operações (vi)	(50.157)	(48.604)
Logística (vii)	(22.952)	(23.927)
Destinação final (viii)	(9.635)	(11.142)
	(82.744)	(83.673)

- (i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação e amortização, no valor total de R\$ 6.943 (2015 - R\$ 6.737), e despesas com manutenção de imobilizado arrendado para a Campo Limpo S.A. no valor de R\$ 858 (2015 - R\$ 635).

- (ii) Refere-se, principalmente, a despesas com as seguintes assessorias:
- Tributárias e fiscais - R\$ 184 (2015 - R\$ 157).
 - Recursos humanos - R\$ 104 (2015 - R\$ 113).
 - Auditorias interna e externa - R\$ 696 (2015 - R\$ 499).
 - Administrativa - R\$ 57 (2015 - R\$ 29).
- (iii) Refere-se a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento, no valor de R\$ 1.027 (2015 - R\$ 1.257).
- (iv) Refere-se a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:
- Gastos com campanha - R\$ 535 (2015 - R\$ 512).
 - Dia Nacional Campo Limpo - R\$ 1.770 (2015 - R\$ 1.512).
 - Material de comunicação e institucional - R\$ 439 (2015 - R\$ 656).
 - Campanha regional tríplice lavagem - R\$ 111 (2015 - R\$ 171).
 - Serviços de terceiros e comunicação - R\$ 594 (2015 - R\$ 680).
 - Eventos institucionais - R\$ 526 (2015 - R\$ 279).
- (v) Trata-se de uma atividade do Instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo Conselho Diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios no valor de R\$ 653 (2015 - R\$ 167).
- (vi) Refere-se, principalmente, a custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias e reembolsados pelo Instituto para a ampliação, reformas e manutenção de centrais e postos, no valor de R\$ 42.858 (2015 - R\$ 41.892) e construção de centrais e postos, no valor de R\$ 3.476 (2015 - R\$ 2.929).
- (vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de R\$ 18.494 (2015 - R\$ 19.734) e não lavadas para incineração no valor de R\$ 1.636 (2015 - R\$ 1.448).

- (viii) Refere-se a despesas com incineração de embalagens não lavadas no valor de R\$ 9.501 (2015 - R\$ 11.058).

23 Resultado financeiro

	2016	2015
Receita de aplicação financeira	3.946	3.161
Outras receitas financeiras	144	52
	4.090	3.214
IRRF sobre aplicação financeira	(703)	(405)
COFINS sobre aplicação financeira	(236)	-
Outras despesas financeiras	(80)	(1)
	(1.018)	(406)
	3.072	2.808

24 Remuneração dos administradores

O corpo diretivo do Instituto inclui, além do presidente, sete gerentes executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços destes funcionários está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Salários, férias e 13º salário	(3.131)	(2.654)
Encargos	(1.086)	(1.050)
Outras remunerações (*)	(1.768)	(1.624)
	(5.985)	(5.328)

(*) Outras remunerações incluem valores relacionados com bônus anual, previdência privada de contribuição definida, assistência médica e seguro de vida em grupo.

25 Compromissos firmados

Durante o exercício de 2016, o Instituto firmou contratos com terceiros para manutenção e implementação de melhorias em suas unidades de gestão de negócio que, embora aprovadas no orçamento de 2016, serão executadas no exercício de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os compromissos firmados com terceiros estão distribuídos conforme segue:

	2016	2015
Processo com infraestrutura (i)	(511)	(645)
Processo de suporte (ii)	(2.244)	(1.811)
Processo básico (iii)	(1.645)	(1.365)
	(4.400)	(3.821)

- (i) Representado por despesas previstas com informática e administrativo, nos valores de R\$ 421 e de R\$ 70, respectivamente.
- (ii) Representado, principalmente, por projeto de comunicação e projetos de obsolescência no valor de R\$ 2.064.
- (iii) Representado por melhorias de equipamentos das centrais e contratos de incineração, nos valores de R\$ 958 e R\$ 672, respectivamente.

26 Seguros

O Instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2016, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

LOCAL	Importâncias seguradas
InpEV - escritório	
Incêndio de bens do imobilizado	5.000
Responsabilidade civil	200
InpEV - 111 centrais	
Incêndio de bens do imobilizado	4.174
Responsabilidade civil	4.800

27 Evento subsequente

Redução da contribuição das associadas de 2017

Conforme acordado com os associados e formalizado através de correspondência sobre orçamento inpEV 2017 enviada no dia 29 de novembro de 2016, está previsto redução das contribuições das associadas no valor total de R\$ 15.000 a serem distribuídos distintamente entre as associadas do Instituto sendo que as associadas-acionistas da Campo Limpo S.A. terão sua contribuição reduzida, primeiramente, pelo valor dos dividendos a serem recebidos da Campo Limpo S.A. em outubro de 2017.

João Cesar Meneghel Rando

Diretor Presidente - inpEV

Regina Marta de Santana Sousa

Contadora inpEV CRC 1SP177254/O-6

Créditos

inpEV GRI G4-5

Av. Roque Petroni Júnior, 850
Torre Jacerú - 18º andar
Brooklin - São Paulo - SP
CEP 04707-000

Equipes responsáveis

Presidência e Sustentabilidade (inpEV)

Coordenação editorial e design

Report Sustentabilidade
www.reportsustentabilidade.com.br

Revisão

Alícia Toffani

Produção gráfica

Thaty Mitonubu

Impressão e acabamento

Gráfica: Pigma
Tiragem: 1.500 exemplares
Papel: Duodesign 350 g/m² (capa),
Evenglow Opalina Diamond 120 g/m², Markatto
Originalle Crema g/m² (miolo)

Fotos

Deco Cury, Acervo inpEV

Família Tipográfica

Flama, criada por Mario Feliciano, 2006

Certificações

Selo UN para transporte terrestre e marítimo de produtos perigosos. A Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., que fabrica a Ecoplástica, tem certificação ISO 9001, de qualidade da gestão.

Ecocap

Sistema de vedação de alta *performance* produzido com a resina reciclada das tampas devolvidas ao SCL. É fabricado pela Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas, empresa criada em 2014.

Comparada à produção de uma embalagem com plástico virgem, a fabricação da Ecoplástica gera os seguintes benefícios:

-65%

Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)

-80%
Água

-67%
Energia

Tecnologia e ecoeficiência

A Ecoplástica Triex é fabricada em Polietileno de Alta Densidade. O material é proveniente das embalagens vazias de defensivos agrícolas devolvidas por meio do Sistema Campo Limpo.